

## **ANTROPONÍMIA NA LÍNGUA NGANGELA**

Augusto Domingos TCHIMBALI

Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da  
Informação de Especialidade

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Maio, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade

**Realizada sob a orientação científica da**

Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca LINO

Apoio financeiro do INAGBE, no âmbito do projecto VON.

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato

Augusto Domingos Figueiredo

Lisboa, 7 de Março de 2017.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora

Maria Tereza Rijo de Fomseca Lima

Lisboa, 7 de Março de 2017.

Aos meus irmãos

“Kualivanga Ndala, Ntsandala kekutonda muhela”.

Provérbio Ngangela.

## **Agradecimentos**

A Deus, autor da vida e de todo o bem, cuja providência nos tem guiado até aqui. À Senhora Professora Doutora Teresa Lino, que incansável e atenciosamente dirigiu a pesquisa deste trabalho. Ao INAGBE, na pessoa da Dra. Paula Henriques, que nos enquadrou neste projecto e por todas as suas pontuais orientações. Ao Dr. Inácio Samba, que esteve na génese deste projecto. Ao Mestre André Abel Paulo “Hardaway” que torceu de vários modos por esta empreitada. Ao tio Fernando Mucanda e ao Dr. José Lemos, amigo de longa data, que gentilmente nos acolheram em Luanda para tratar dos papéis da bolsa de estudos. Ao Mano Mais Novo, Manuel Kapessa, pelo seu singular empenho, sobretudo na tramitação dos papéis da bolsa. Aos meus estimados colegas, com quem discuti e partilhei temas deste exercício académico. Ao Colégio Pio XII (Lisboa) que nos acomodou e serviu neste itinerário formativo. A todos (as) que directa ou indirectamente fizeram com que estas linhas conhecessem a luz do sol, expressamos vivamente o nosso sentimento de gratidão.

## Resumo

A língua Ngangela é uma das línguas angolanas de origem bantu. Uma das suas unidades, os antropónimos, são afectadas pela variação gráfica. Precisamos de verificar as causas desta variação e propor alguma harmonização. Neste sentido elaborámos uma base de dados antroponímica, com o propósito de facilitar e possibilitar a consulta aos interessados, tentando assim identificar as causas da já referida variação. Nisto, achamos que o maior peso recai sobre a influência da língua Portuguesa que exerce sobre as línguas bantu faladas em Angola.

Como é de conhecimento geral, os antropónimos não são apenas parte integrante de uma língua, como também são parte importante da cultura de um povo. A prática denominativa, apesar de ser cultural, é regida por normas estaduais. Para a elaboração deste trabalho foi necessária a consulta da lei angolana, mas concretamente no que diz respeito à composição do nome e de questões ligadas ao ambiente sociocultural Vangangela e aferir a sintonia dos antropónimos com a lei e com a cultura, o seu habitat natural. Em relação à conformidade com a lei e com o costume Vangangela observou-se que existe uma margem de desconformidade relevante.

Os motivos que nos levaram à elaboração deste trabalho prendem-se com a qualidade de informação veiculada pelos antropónimos nos documentos em que ocorrem e com a sua adequação à lei e à tradição Vangangela.

Acreditamos que os resultados da nossa pesquisa facilitariam o trabalho das pessoas que lidam diariamente com os antropónimos Ngangela, sobretudo a Conservatória do Registo Civil de Menongue e os cartórios religiosos desta cidade, assim como outras entidades público-privadas interessadas nesta matéria. Com este exercício esperamos ainda que se possa contribuir para os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos na língua Ngangela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Ngangela, Onomástica, Antropónimos, Variação gráfica, Harmonização, Província do Cuando Cubango.

## **Abstract**

Ngangela is one of the Bantu languages spoken in Angola. One of its units — anthroponyms — is affected by graphic variation. Accordingly, we felt the need to identify the causes for these variations and suggest some level of standardization. For that purpose, we have created a database of names in order to facilitate and enable access to those who are interested in these matters, while at the same time trying to identify the causes of the aforementioned variation. We have come to the conclusion that the burden falls on the influence that the Portuguese language has on the Bantu languages spoken in Angola.

As is well known, anthroponyms are not only an integral part of a language, but also a key element of the culture of a people. However, although cultural, the naming practice is ruled by state laws. To conduct this research, we had to consult Angolan law, in particular the provisions concerning the composition of names and issues tied with the Vangangela sociocultural environment so that we could assess the alignment of anthroponyms with the law and culture, their natural habitat. Regarding compliance with the law and the Vangangela custom, we found that there is a relevant nonconformity.

The reasons that have led us to conduct this research have to do with the quality of the information conveyed by anthroponyms in the documents where they occur and their adequacy to the law and the Vangangela traditions.

We believe the results of our research can facilitate the work of those that deal with Ngangela anthroponyms on a daily basis, especially at the Civil Registry Offices in Menongue and the religious registries of the town, as well as other public and private organizations that may take an interest in this matter. With this exercise, we also hope to contribute to the studies that have been made on the Ngangela language.

**KEYWORDS:** Ngangela language, Onomastics, Anthroponyms, Graphic variation, Standardization, Cuando Cubango Province.



## Abreviaturas, siglas e símbolos

a. C. ....	Antes de Cristo
art. ....	Artigo
c. ....	Capítulo
cfr. ....	Conferir
Dra./Dr. ....	Doutora/Doutor
FALA.....	Forças Armadas de Libertação de Angola
I.G.C.A. ....	Instituto Geográfico e Cadastral de Angola
INAGBE .....	Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos
Ir. ....	Irmã (Freira)
liv. ....	Livro
LSN .....	Livro Sem Número
n./nº .....	Número
Pe.....	Padre
p/pp.....	Página/páginas
s. d. ....	Sem Data
s. ed. ....	Sem Editora
s. l. ....	Sem Lugar
txt .....	Texto simples (informática)
VON .....	Vocabulário Ortográfico Nacional
+ .....	Adição/ adicionar
≠ .....	Diferente

# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	vi
<b>Resumo</b> .....	vii
<b>Abreviaturas, siglas e símbolos</b> .....	ix
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I - Contexto Sociolinguístico do Cuando Cubango</b> .....	4
1.1. Contexto cultural .....	4
1.2. Coordenadas geográfico-demográficas .....	5
1.3. Contexto histórico .....	6
1.4. Contexto linguístico .....	8
1.5. O Estatuto das línguas .....	10
1.5.1. Conceito de língua .....	12
1.5.2. A língua Ngangela .....	13
<b>Capítulo II - Fundamentação Teórica</b> .....	16
2.1. A Perene necessidade de nomear: os nomes .....	16
2.1.1. Onomástica: antroponímia e toponímia .....	21
2.1.2. Terminologia e constituição antroponímica .....	23
2.1.2.1. Estudos antroponímicos em Angola .....	25
2.2. Variação linguística .....	26
2.2.1. O valor da escrita .....	28
<b>Capítulo III - Princípios Metodológicos</b> .....	30
3.1. Constituição do <i>corpus</i> .....	30
3.2. Análise de dados .....	32
3.2.1. Questões prévias .....	32
3.3. Nomes próprios e apelidos do <i>corpus</i> e a sua conformação com a lei .....	34
3.3.1. Composição antroponímica no <i>corpus</i> .....	37
3.4. Nomes próprios e apelidos do <i>corpus</i> e a cultura Vangangela .....	39
3.4.1. A iniciação dos meninos e das meninas .....	43
3.4.2. O nascimento do primeiro filho .....	44
3.4.3. A religião .....	46
3.4.4. As alcunhas .....	46
3.5. Análise lexicográfica de alguns antropónimos em Ngangela .....	48
3.5.1. Variação gráfica no <i>corpus</i> antroponímico .....	53
3.5.2. Base de dados de antroponímia .....	59
<b>Conclusão</b> .....	64

<b>Bibliografia .....</b>	<b>66</b>
<b>Lista de ilustrações.....</b>	<b>71</b>
<b>Lista de tabelas .....</b>	<b>71</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>- 1 -</b>

## Introdução

Os antropónimos<sup>1</sup> são parte integrante de uma língua e de uma cultura, são património onomástico de qualquer povo. Apesar de fazerem parte do costume dos povos, nos Estados actuais, a sua composição e atribuição é regulada por normas.

O ideal é que os antropónimos se conformem tanto com a tradição quanto com as normas estaduais. Esta sintonia é desejável porque favorece o florescimento antroponímico local e *satisfaz* as respectivas necessidades denominativas, coisa boa, útil e nobre. É nosso objectivo, neste trabalho, aferir esta conformidade no *corpus* antroponímico do Cuando Cubango<sup>2</sup> (Angola).

A atribuição do nome faz-se inicialmente de forma oral e só num momento posterior é que se passa à escrita. A escrita serve para representar o que se diz e manter estável no tempo a informação veiculada. Para uma língua marcada por uma viva e longa tradição oral como o Ngangela<sup>3</sup> e pela convivência com outras línguas num mesmo espaço geográfico, isto nem sempre facilita a uniformidade gráfica. Por isso, necessitamos também de saber as causas da variação gráfica dos antropónimos e procurar harmonizar a sua grafia.

Apesar de a variação diacrónica e sincrónica, geográfica e social ser considerada como um fenómeno que atesta a vitalidade das línguas, a variação gráfica longe de ser um sinal de vitalidade, acarreta consigo efeitos adversos. Ela gera dúvidas na mente de quem escreve e não menos na de quem lê. Na medida em que deturpa a mensagem e afecta a qualidade da informação veiculada. Quase todos advogam certeza e clareza na

---

<sup>1</sup> Antropónimo, “s. m. (De *antropo* + gr. ὄνομα ατος ‘nome’). Ling. Nome próprio de uma pessoa ou de um ser humano” (Academia, 2001). De igual modo, temos a vaga denominação de pessoa por fulano, sicrano ou beltrano, para denominar indivíduos cujos nomes se ignoram. A este respeito, Vasconcellos refere que “uma pessoa pôde ser designada de modo vago por *Fulano* e *Fulana*, em vez do nome próprio, por exemplo: «*Fulano* disse isto, *Fulana* aquilo», «*Fulano* ou *fulana* de tal»” (Vasconcellos, 1928, p. 337). Não são estas as categorias antroponímicas a que nos vamos debruçar neste trabalho, o nosso foco incidirá sobre os nomes próprios e sobre os apelidos das pessoas.

<sup>2</sup> Hidrotopónimo que deriva de dois grandes rios, o Cuando e o Cubango, situados a Este e a Oeste respectivamente da província angolana homónima e que lhe servem de fronteiras.

<sup>3</sup> Ngangela é um glossónimo que integra a extensa família de línguas bantu. Segundo Chicuna (2015, p. 27), “as línguas Bantu pertencem à subfamília Congo-Cordofaniana, uma das quatro famílias das línguas africanas”.

redacção. Esta necessidade torna-se crucial em caso da grafia dos antropónimos, tendo em conta a identificação das pessoas.

Apesar dos avanços científico-tecnológicos verificados na identificação das pessoas, os antropónimos continuam a jogar um papel preponderante, tanto a nível dos Estados como a nível da Comunidade Internacional. Por isso, tudo deve ser feito para agilizar e facilitar esta delicada tarefa.

Acreditamos que os serviços da Conservatória de Registo Civil, dos cartórios religiosos e dos demais sectores público-privados que lidam com os antropónimos em Ngangela, no seu quotidiano, teriam muito a ganhar com a harmonização gráfica. Cremos também que a harmonização daria mais vigor à língua Ngangela e afastá-la-ia de quaisquer influências derivadas da contiguidade com outras línguas angolanas. Para se atingir este objectivo, consideramos ser imprescindível elaborar e pôr à disposição dos interessados uma base de dados antroponímica, em suporte digital Access, de modo a facilitar e a possibilitar a consulta de informações por parte das pessoas interessadas. Tencionamos realizar esta tarefa no âmbito da Terminologia, com o propósito de contribuirmos de alguma forma para o estudo da onomástica pessoal da província do Cuando Cubango.

Este trabalho incide sobre um *corpus* antroponímico da província do Cuando Cubango. Além de aferir a adequação dos antropónimos com a lei e com a tradição Vangangela e de observar como os nomes são grafados, procederemos ainda a análise lexicográfica de alguns antropónimos.

Cuando Cubango é a segunda maior província de Angola a nível de extensão territorial, a seguir à província do Moxico. Não seria possível percorrê-la toda, em tempo útil, para obter os dados necessários à dissertação, por isso resolvemos cingir-nos à cidade de Menongue<sup>4</sup>, a capital da província do Cuando Cubango.

O maior acervo antroponímico da província do Cuando Cubango encontra-se em Menongue, isto porque desde a independência de Angola que a única Conservatória do Registo Civil da província, está confinada à cidade de Menongue. Só a partir de 2003, com a cessação das hostilidades, é que outras sedes municipais começaram a ter serviços de registo civil, sendo que as respectivas conservatórias até hoje ainda não foram fixadas.

---

<sup>4</sup> Antropotopónimo aportuguesado de Vunonge, na altura rei daquela circunscrição territorial.

A maioria dos habitantes do Cuando Cubango fala a língua Ngangela, por isso achamos que seria bom trabalhar sobre esta língua. Apesar disso, não perderemos de vista o panorama antroponímico da província no seu pluriforme tecido linguístico.

Este trabalho é constituído por três capítulos. O primeiro trata do contexto sociolinguístico do Cuando Cubango, província em que surgem e em que se desenvolvem os antropónimos deste trabalho. O segundo versa sobre a fundamentação teórica e destaca a perene necessidade de nomear, como modo de mostrar a importância sempre actual dos antropónimos na vida e na convivência humana. No terceiro debruçamo-nos sobre os princípios metodológicos que guiam a análise do *corpus*, nomeadamente: a composição das unidades antroponímicas, a sua conformação com o costume Vangangela e com a lei angolana, bem como a variação gráfica.

O presente trabalho apresenta os aspectos seguintes:

**Problema:** verificar a conformidade dos antropónimos com a lei angolana e o costume Vangangela e propor uma harmonização nos casos que se acham estarem deturpados pela variação gráfica.

**Causas hipotéticas:** O facto de a língua Ngangela não ser estudada e os que redigem os antropónimos partirem do sistema linguístico-ortográfico português. O contacto e o convívio com outras línguas angolanas de origem africana.

**Para quem servirá o trabalho.** Este trabalho servirá, sobretudo, à Conservatória de Registo Civil da província do Cuando Cubango e aos cartórios religiosos nele sediados, por serem portas de entrada dos antropónimos para a esfera da escrita.

**Meios utilizados:** Smartphone LG K10 LTE. Fotografias dos assentos de nascimentos da conservatória de Menongue. Caderno com relação dos antropónimos. Computador pessoal. Software hipertexto Concapp ou Antconc.

**Finalidade:** organizar os antropónimos de acordo com a tradição e a lei e harmonizá-los (orto) graficamente.

# Capítulo I

## Contexto Sociolinguístico do Cuando Cubango

### 1.1. Contexto cultural

Os antropónimos são uma das importantes unidades linguísticas e a língua é um veículo de comunicação entre os seres humanos e é fruto de uma cultura<sup>5</sup>. Cuando Cubango é uma província multilingue e multicultural, pois, é habitada por vários grupos étnicos. O maior deles é formado pelos Vangangela. Muito se podia dizer sobre este grupo. Por exemplo, Lima diz que os Vangangela são “excelentes ferreiros e metalurgistas, verdadeiros especialistas do fabrico de armas, como de lanças, adagas, machados, pontas de seta de ferro, etc.” (Lima, 1983, p. 58).

Mais do que falar sobre a etnia é, sobretudo, a cultura da província que precisamos de destacar. Nota-se que na província do Cuando Cubango há uma evidente cultura académica, o que se tornou mais saliente com a implementação de núcleos de escolas do II ciclo nas sedes municipais, além de que Menongue é a capital da VIII região académica do ensino universitário.

Um maior número de pessoas que frequenta a escola tem mais conhecimento do mundo, tem outra noção da vida, da cultura e do tempo em que vivemos. Vê-se um esforço em participar na economia de mercado com os pequenos ofícios como: venda a retalho de produtos vários, lavagem e reparação de automóveis, prática de medicina alternativa (ervanárias), escultura de animais, uma gastronomia *moderna*, entre outras práticas, que ora fazem parte da ordem do dia-a-dia.

Ainda em termos culturais, há mais acesso aos meios de comunicação social e à internet com as redes sociais. Boa parte das pessoas consegue aceder à maior quantidade e também qualidade de informação. Nota-se uma tendência a construir casas mais

---

<sup>5</sup> Definir o conceito de cultura não é tarefa fácil. O primeiro sentido da palavra cultura indicava o cultivo de terra, mais tarde, por analogia, passou a designar o cultivar da mente e com ela a ciência e as artes. Depois universalizou-se o sentido da cultura como prática do homem em sociedade. Nós empregamos o termo *cultura* como “conjunto de padrões de comportamentos, crenças, conhecimentos, costumes, etc. que distinguem um grupo social” (Instituto, 2005).

espaçosas, a formar maiores agrupamentos humanos com tendências urbanas e a superar o âmbito da aldeia. É na base deste contexto cultural multiétnico e global que se inserem os antropónimos.

## 1.2. Coordenadas geográfico-demográficas

Cuando Cubango é uma das 18 províncias de Angola. Com

“uma superfície de 199.335 Km<sup>2</sup>, (cerca de 15.9% da extensão do Território Nacional, a 2ª maior [província] do país [depois do Moxico]), localizada no Sudeste de Angola, fazendo fronteira a Norte com Bié e Moxico, a Oeste com a Huila e o Cunene, a Sul com a República da Namíbia, a Leste com a República da Zâmbia e com a província do Moxico”<sup>6</sup>.

Tem a sua capital em Menongue, antiga Serpa Pinto. Com 9 municípios, nomeadamente: Menongue, Cuito Cuanavale, Cuchi, Mavinga, Calai, Dirico, Cuangar, Rivungo e Nancova. Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014, p. 23), Cuando Cubango possui uma população estimada em 510 369 habitantes. Desta cifra, 247 983 são homens e 262 386 são mulheres. Cerca de 288 539 residem na zona urbana, enquanto 221 830 vivem na zona rural. Menongue é o município mais populoso da província, com 306 622 habitantes, cerca de 60% da população e Nancova é o menos populoso com 3 451 habitantes.

A província tem uma densidade demográfica de 3 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo o município de Menongue o que apresenta maior densidade, com 13 habitantes por km<sup>2</sup>. Apesar da sua extensão, Cuando Cubango é uma das províncias menos habitadas. Tem uma taxa populacional correspondente a 2,1% dos 24 383 301 habitantes de Angola (INE, 2014, p. 16). A partir destes dados pode-se presumir, por exemplo, que a antroponímia da província tenderá a ser maioritariamente de género feminino ou também que as unidades antroponímicas tenderão a ser complexas, características das zonas urbanas, porque uma das notas salientes da zona rural é a simplicidade. Por isso, em teoria, os habitantes da zona rural seriam os que sentiriam menor necessidade de ter nomes próprios e apelidos compostos.

---

<sup>6</sup> [http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/portal/provincias/cuando-cubango/conteudo/2012/9/40/provincia,6a49beb5-fa52-4fa8-b85b-ca0f62c15a36.html?context=68feb1dd-430f-4e61-9a8c-f418a555b75c](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/portal/provincias/cuando-cubango/conteudo/2012/9/40/provincia,6a49beb5-fa52-4fa8-b85b-ca0f62c15a36.html?context=68feb1dd-430f-4e61-9a8c-f418a555b75c)



O censo populacional inclui residentes estrangeiros. Estes não serão estudados, ainda que tenham constado da percentagem. Com a sua integração poderão enriquecer, se não enriqueceram já o património antroponomástico da província.

### 1.3. Contexto histórico

Nos dias que correm, a história tem reservado para Angola e para Cuando Cubango um ambiente pacífico e salutar. Mais do que nunca a província está mobilizada e motivada para a luta pelo progresso em todas as vertentes. Boa parte deste esforço é direccionado para superar e vencer a barreira das distâncias que separam os municípios entre si e edificar uma *nova* província.

O mundo actual é uma aldeia global, e o novo Cuando Cubango não quer ficar de fora e isolado desta realidade. Outrora, Cuando Cubango era informalmente conhecido como *Terras do fim do mundo*, hoje quer-se inverter este quadro, designando-o *Terras do progresso* social e humano. Assiste-se a um intenso intercâmbio comercial, académico, religioso com as províncias circunvizinhas e sente-se que está conectado com o país no seu todo. Há muito trabalho para se fazer e há que correr atrás do tempo.

De facto, em termos de desenvolvimento humano, o Cuando Cubango é uma das províncias que apresenta menores índices de desenvolvimento humano.

“A Província, em relação ao todo nacional, é uma das que apresenta maiores níveis de assimetria em termos de crescimento e desenvolvimento socioeconómico, situação que em grande parte também se explica pelos seguintes factores:

- Processo de colonização tardio;
- Vastidão territorial e dispersão populacional, agravada pelas enormes dificuldades de acessibilidade a certos locais do território provincial;
- Ter sido um particular cenário de guerra, o que adiou por muito tempo o seu desenvolvimento, deixando extensas áreas minadas e em ruínas as poucas infraestruturas existentes” (Cubango, 2013, p. 10).

Desta constatação surgiu a ideia de um plano estratégico para desenvolver Cuando Cubango e elevá-lo a categoria das demais províncias do país. Se tivermos em linha de conta que Angola é um país em vias de desenvolvimento, então percebemos em que situação socioeconómica se encontra o Cuando Cubango.

A actividade predominante é a agricultura, juntamente com a caça e a pesca. Pratica-se uma agricultura familiar ou de sobrevivência. A pesca é fluvial e artesanal,

dado que a província não é banhada pelo mar. Hoje em dia, está em voga a ideia de que a riqueza de um povo e de uma província está inserida no seu conhecimento, pelo que é preciso apostar na formação académica e profissional dos seus habitantes. A província ainda regista as maiores taxas de analfabetismo, um dos factores que favorece e mantém viva as práticas dos ancestrais e dentre elas a prática de atribuição dos nomes.

Para podermos ter uma visão mais realista da antroponomástica do Cuando Cubango, é necessário não perdemos de vista a dimensão holística do contexto histórico, pelo menos a mais recente, em que os nomes são dados. Neste sentido, um dos factores a recordar do passado próximo do país em geral e da província em particular, é o longo conflito armado. Durante aquele tempo muita gente foi forçada a procurar refúgio noutras províncias e fora do país. Viveu e entrou em contacto com outras culturas. A própria guerra forjou nomes, sobretudo dos grandes comandantes, que impressionaram positiva ou negativamente as pessoas.

Os meios de comunicação social, sobretudo, a televisão, o cinema, propagam nomes de várias entidades como Nelson Mandela, João Paulo II, Michael Jackson, só para citar alguns que exercem encanto no coração de muitas pessoas. Os próprios Vangangela, que são a maioria, vivem lado a lado com outros povos, línguas e culturas com influências recíprocas.

Outro factor que influencia a atribuição dos nomes é a religião. Tal como os demais angolanos, os habitantes do Cuando Cubango também professam o cristianismo, nas suas diversas denominações. De um modo geral, os cristãos tendem a ter nomes de personagens bíblicas e de santos. Sem descurar o papel da lei, cujas margens são intransponíveis, sob pena de não ser registado e perder a documentação necessária à actual vida em sociedade.

É preciso ter em conta toda esta gama de factores da vida em sociedade, para se poder perceber a riqueza, a mutação e as razões que estão na base do surgimento de muitos nomes que enriquecem a onomástica da província. De facto,

“names are a part of culture. Names always come about in the interaction between people and a language community as well as their environment. A person gives a name to the referents which he feels are worth naming. An individual, a place, an object or thing that has its own name is always, in some way, meaningful to a person” (Ainiala, Saarelma, & Sjöblom, 2012, p. 17).

Se bem que a prática cultural esteja em evolução e muitos elementos tradicionais tendam a cair em desuso, as pessoas conservam ainda o essencial. Por outro lado, o nome pessoal,

ao menos para os Vangangela, funciona como uma introdução à história do seu titular. No nosso contexto, o antropónimo, não poucas vezes, narra uma parte da história da pessoa. Cumpre uma verdadeira identificação e não apenas uma distinção na multidão dos indivíduos. Isto, porém, não é universal. É verdade que

“a name is an important part of a person’s identity in all cultures of the world. The relationship between a name and an individual in various cultures is, however, understood in numerous ways. A personal name in the Western world is mostly perceived as meaningless label, whose function is only to refer to a certain individual and work as marker or symbol of this individual’s identity. In some other cultures, a name and an individual is thought of as being the same, in other words, the name is like an icon of the individual” (Ainiala, Saarelma, & Sjöblom, 2012, p. 20).

Seguindo o ritmo da vida moderna, nota-se, mesmo a partir do Cuando Cubango, que a sociedade está em constante transformação. Nos últimos tempos assiste-se cada vez mais, pessoas que abandonam o campo para as sedes urbanas, quer municipais quer comunais. Mudanças motivadas por causa da formação dos filhos, para arranjar emprego, para ter mais acesso as condições de vida contemporâneas, entre outras razões. Sabe-se que o mundo rural é diferente do urbano e o mesmo se pode dizer da maneira como os nomes são atribuídos, tanto num como noutro ambiente. Por isso o sistema antroponímico não é estático, “because naming systems are open by nature, they are in a continuous state of change while being affected by the surrounding society, culture and language use” (Ainiala, Saarelma, & Sjöblom, 2012, p. 22). Assim, a onomástica do Cuando Cubango também se vai renovando acompanhando a dinâmica evolução da sua história.

#### 1.4. Contexto linguístico

Em termos linguísticos a província do Cuando Cubango é um mosaico de línguas. Para além do Português, língua oficial, fala-se Ngangela, Umbundu, Cokwe, !Kung<sup>7</sup>, Mbukushu, Diriku, Kwangali e Mashi. Apesar de ser uma província multilingue, a

---

<sup>7</sup> !Kung ou !Nkung é o glossónimo por que são conhecidas as línguas dos Khoisan. Segundo Fernandes e Ntongo, o etnónimo Khoisan, que ora designa um dos povos mais antigos da África Subsaariana, é uma junção de Khoi/Khoin e San. “Os hotentotes designavam-se entre si por Khoi ou Khoi, enquanto que os Vakankala designavam-se por San” (Fernandes & Ntongo, 2002, p. 23). Em relação à língua, Fernandes e Ntongo classificam as variedades !Kung como: “Kankala [...], Hotentote, Kazama, Kasekele e Kwankala” (Fernandes & Ntongo, 2002, p. 26). É mais provável que estas sejam as línguas dos Khoi, pois, um relatório da ONG MBACKITA retém que “a nível de toda África, a família das línguas SAN são as menos faladas e poucas são as que tem alfabeto escrito. Particularmente em Angola nenhuma língua SAN possui o alfabeto. As línguas mais faladas da família SAN são Kung-ekoka, Nama, Kwadi e Sandawe” (MBACKITA, 2013, p. 37).

maioria<sup>8</sup>, cerca de 80%, fala Ngangela (Cultura & Histórico-Cultural, 2016, p. 3) na sua multiforme variedade: “Nhemba, Mbwela, Lwimbi, Mbunda, Lutyazi, Gondjelos, Valuios, Vamache, Iaúmas” (Menongue, s. d., p. 17), como língua primeira ou segunda em relação ao português. As demais línguas angolanas<sup>9</sup>, presentes no mapa linguístico<sup>10</sup> a seguir, têm menor expressão.

Ngangela é uma língua bantu<sup>11</sup>, por partilhar características bantas, ou seja, designa a pessoa por *munthu*, no singular e *vanthu* no plural. Segundo Redinha,

“se admite, perante elementos linguísticos, que a área do Níger pode ter sido a pátria dos Bantos, que mais tarde emigraram para as regiões do sul da floresta equatorial, expandindo-se daí para o meio do sul de África. [...] admite-se, geralmente, que os Bantos só chegaram ao sul de África no século XVI ou XVII” (Redinha, 1974, p. 29).

As províncias limítrofes ao Cuando Cubango falam: Cokwe (Moxico), Umbundu (Bié, e parte fronteiriça da Huila) e Oshikwanyama (Cunene)<sup>12</sup>. Uma convivência interlinguística com um peso indiscutível na antroponímia da província.

---

<sup>8</sup> Carecemos da estatística percentual de quantos falam a língua portuguesa na província do Cuando Cubango. Temos uma estatística a nível nacional que pode ser vista adiante, sob a epígrafe: o estatuto das línguas.

<sup>9</sup> Preferimos usar a expressão oficial “línguas angolanas” em vez de “línguas nativas”, por ser tendenciosamente discriminatória. A serem taxativamente “nativas”, não saberemos ao certo quais, na medida em que muitas são faladas não só em Angola, como fora dela. Usaremos igualmente a expressão “línguas angolanas de origem africana”, tal como vem estatuído na Constituição, (artigo 19º) em vez de “línguas nacionais”, porque na verdade, aquelas línguas, nenhuma delas tem a cobertura nacional. São faladas em determinadas regiões, ainda que comumente sejam designadas por línguas nacionais.

<sup>10</sup> O presente mapa não contém a língua portuguesa porque é um dado de facto que o português é língua oficial de Angola e sendo Cuando Cubango província, não tinha maior necessidade de se colocar no mapa. As outras línguas angolanas sim, estas carecem de serem localizadas e estudadas. O mapa foi feito com a ajuda do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA).

<sup>11</sup> Segundo Chicuna, “o termo *Bantu* foi utilizado pela primeira vez, em 1862, pelo alemão Wilhelm Bleek, para se referir ao conjunto de línguas faladas maioritariamente na África subequatorial, desde os montes Camarões até à África do Sul, apresentando características comuns, e que designavam o (s) ser (es) humano (s) por *mntu* (singular)/*bantu* (plural)” (Chicuna, 2015, p. 27).

<sup>12</sup> Fernandes e Ntongo dizem-nos que “as línguas vizinhas do Ngangela são: a Norte: Cokwe, a Sudoeste: Umbundu, a Oeste, Olunyaneka, a Sul, Oshindonga” (Fernandes & Ntongo, 2002, p. 48).

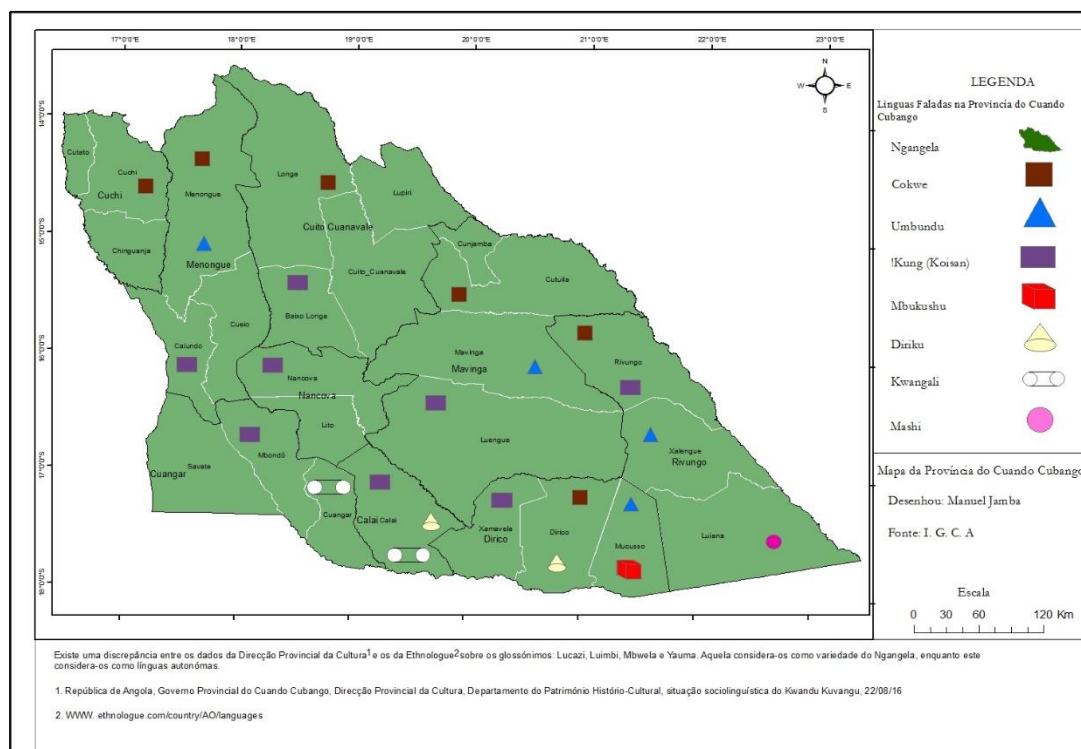


Ilustração 1. Línguas angolanas, excepto a oficial, faladas no do Cuando Cubango.

## 1.5. O Estatuto das línguas

O estatuto das línguas não é abordável ao nível provincial, mas nacional. É de conhecimento geral que Angola é um país multilingue e que tem o português como língua oficial.

A Constituição angolana de 2010, no seu artigo 19º, n. 1 estatui que “a língua oficial da República de Angola é o português” (Angola, 2010). Segundo o espírito da Constituição, a adopção do português como língua oficial não foi feita com a finalidade de anular as demais línguas angolanas e nem de usurpar o lugar delas. Por isso, a primeira parte do n. 2, do mesmo artigo preceitua que “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola” (Angola, 2010). Da leitura deste artigo não resulta somente que cabe ao Estado valorizar e promover o estudo das outras línguas de Angola, como também se explica o procedimento a seguir para se conseguir tal objectivo.

A valorização e o estudo das línguas angolanas passa por formar especialistas na matéria. E isto leva o seu tempo. Só depois de estudadas as línguas serão ensinadas às

jovens gerações. A valorização e o estudo das línguas angolanas a que se refere o artigo 19º constam das tarefas fundamentais do Estado. De facto, o artigo 21º da Constituição diz que

“constituem tarefas fundamentais do Estado angolano: alínea n) proteger, valorizar, e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (Angola, 2010).

O mundo hodierno tem sido sensível com as questões linguísticas, sobretudo com aquelas línguas que correm o risco de desaparecerem, por motivos vários. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, doravante (DUDL), no seu n. 2, do artigo 8º, estabelece que “todas as comunidades linguísticas têm o direito de dispor dos meios necessários para assegurarem a transmissão e a projecção futuras da língua” (UNESCO, 1996).

A língua oficial, pela sua proeminência, é a mais falada em todo o país e por isso a mais privilegiada no ensino e nos outros serviços públicos. Em termos estatísticos, estima-se que 30% dos angolanos falem português como língua materna e 60% da população a usem tanto como língua materna, quanto como língua segunda (Caetano, 2014, p. 35).

A escolha do português como língua oficial prende-se com a história de Angola. Depois da independência, com poucos quadros, o novo Estado precisava de ter uma língua para reger a administração pública, o ensino, a administração da justiça e facilitar a comunicação entre os cidadãos. Por outro lado, o novo Estado pretendia formar “um só povo e uma só nação”, no dizer dos políticos.

Este ambicioso projecto não é só político-ideológico, como também linguístico. Além de que não era viável do ponto de vista pragmático, naquela altura, escolher uma entre as línguas angolanas para a língua oficial, com tudo o que isto implicaria: traduzir normas e manuais de ensino cujo léxico nem sempre é o mais adequado com a ciência moderna, mas também não era estratégico, pois a curto ou longo prazos havia o receio de esta questão criar animosidade para a jovem nação.

O português era e é uma língua neutra do qual nenhum dos angolanos se pode aproveitar para se autoafirmar ou procurar vangloriar-se. Uma escolha que foi necessária e acertada que evitou a supervalorização de nenhuma língua angolana, de origem africana, o que poderia constituir uma fonte de conflitos.

Por ser a língua de ofício, o português tem sido mais estudado e mais valorizado no conjunto das línguas faladas em Angola. Tal como reza a Constituição, com a normalização do país, depois da turbulência da guerra fratricida, ora urge estudar as demais línguas angolanas para elevá-las ao patamar de cultivar a ciência e as novas tecnologias.

### 1.5.1. Conceito de língua

A língua é um sistema de signos comunicativos entre os seres humanos. Na esteira de Saussure, a língua é “un produit social de la faculté du langage et un ensemble de conventions nécessaires, adoptées par le corps social pour permettre l’exercice de cette faculté chez les individus” (Saussure, 1960, p. 25); ou como se expressa noutra passagem: a língua é “un système de signes distincts correspondant à des idées distinctes” (Saussure, 1960, p. 26). Um produto de valor e um sistema colectivo. Martinet considera que

“une langue est un instrument de communication selon lequel l’expérience humaine s’analyse, différemment dans chaque communauté, en unités douées d’un contenu sémantique et d’une expression phonétique, les monèmes; cette expression phonétique s’articule à son tour en unités distinctives et successives, les phonèmes, en nombre déterminé dans chaque langue, dont la nature est les rapports mutuels différents eux aussi d’une langue à une autre” (Martinet, 1977, p. 20).

Qualquer que seja a definição que se adopte para a língua, o seu cerne será constituído pela comunicação entre os membros de uma dada comunidade humana.

Na comunicação, as unidades linguísticas representam o mundo (material e imaterial), por isso elas são signos. Em relação ao signo, o pai da linguística moderna considera-o constituído pelo significante e significado, cuja associação é arbitrária, na medida em que não há relação entre a impressão acústica e o significado. Saussure distingue igualmente *langue* da *parole*, ou seja, o sistema do discurso. Enquanto sistema, a língua só pode ser modificada colectivamente. Enquanto discurso, é um acto criativo do indivíduo, por isso passível de ser modificada, desde que conheça o funcionamento do sistema.

Quanto ao funcionamento, Saussure considera duas relações linguísticas: sintagmáticas e paradigmáticas.

“D’une part, dans le discours, les mots contractent entre eux, en vertu de leur enchaînement, des rapports fondés sur le caractère linéaire de la langue, qui exclut la possibilité de prononcer deux éléments à la fois [...], d’autre part, en dehors du discours, les mots offrant quelque chose de

commun s’associent dans la mémoire, et il se forme ainsi des groupes au sein desquels règnent des rapports très divers” (Saussure, 1960, pp. 170-171).

A compreensão da língua é inesgotável. Os conceitos de língua são vários quantos os pontos de vista dos linguistas. Talvez uma das melhores percepções sobre esta matéria seja a que considera a língua

“como instrumento de comunicação social, maleável e diversificado em todos os seus aspetos, meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente” (Cunha & Cintra, 2014, p. 3).

A diversidade conceitual da língua não é somente uma questão teórico-acadêmica, é bem notória até no uso que um indivíduo faz dela. Por causa da estratificação social, da formação académica, da ocupação, da idade, o indivíduo precisa de adequar quase sempre o seu registo de língua aos diversos interlocutores que entram em contacto com ele para obter uma melhor comunicação. Isto vem confirmar e reforçar a ideia da língua como um diassistema, onde a língua padrão, por exemplo, é também um subsistema como os outros, embora com mais prestígio.

### 1.5.2. A língua Ngangela

Ngangela<sup>13</sup> é uma das línguas bantu<sup>14</sup> de Angola. É falada maioritariamente pelas populações que habitam a província do Cuando Cubango e por alguns habitantes das províncias da Huila, Bié e Moxico. Fora de Angola existem comunidades Vangangela, na sua pluriforme variedade, no Norte da Namíbia e no Oeste da Zâmbia.

Ngangela é, hoje, uma das línguas angolanas com o estatuto para ser ensinada na escola. Apesar disso, Zavoni Ntondo, na sua obra *morfologia e sintaxe do Ngangela*, sob a epígrafe ngangela, língua ou variante, considera que “existe ainda um véu à volta do glossónimo ‘ngangela’ devido à falta de estudos cientificamente fiáveis que possam elucidar a situação” (Ntondo, 2006, p. 23). Para ele, até então não se sabia, ao certo, se Ngangela era uma língua ou uma variante.

---

<sup>13</sup> O dicionário Houaiss considera *ganguela* como “indivíduo dos ganguelas, língua do grupo tiinganguela, falada na fronteira leste de Angola e oeste da Zâmbia [...] povo que habita o leste do Bié, parte da Huila e o Oeste do Cuando – Cubango (Angola) (Instituto, 2005)”. É preciso recordar que o prefixo /tii/ ([tʃi]) do glossónimo Ngangela, no caso em apreço, é depreciativo. Ao invés de /tii/, seria /va/: grupo vangangela.

<sup>14</sup> Segundo Baião, “línguas Bântu, cujo característico é o emprego de prefixos para exprimir as noções de género, número, pessoa e tempo, ao contrário das línguas europeias ou arianas que as exprimem por meio de sufixos ou desinências” (Baião, 1938, pp. 13-14).



Yambo<sup>15</sup> foi ainda mais longe. Ele reteve que o

“povo Ngangela não existe, muito menos Língua Ngangela. Se me falarem de Povos do Ngangela, isto é, Povos do Leste, ainda se pode aceitar porque a palavra Ngangela nas várias línguas de povos situados nas bacias dos rios Kasai, Zambeze e Kwandu etimologicamente significa Leste, o Nascente do Sol para se opor ao termo Malombe ou Ma-Wiko que significa Poente, por onde “morre” o sol, por onde desaparece o sol, na linguagem popular. Quanto ao termo Va-Ngangela, utilizado desde o século XVII até hoje pelos Povos Ovimbundu é um etnotopónimo ofensivo para designar colectivamente os Povos situados a leste do seu território e jamais um etnónimo de um povo determinado” (Yambo, 1997, p. 25).

Não vamos tomar qualquer posição em relação a isso. Achamos, de facto, relevante, por isso citamos, mas não é nesta sede em que vamos discutir isto. Continuando na senda das vicissitudes do Ngangela, vimos também que na classificação das línguas bantu feita por Guthrie em 1967, não se encontra o glossónimo Ngangela no grupo 10º da zona K, onde podia estar em companhia das suas variedades. Naquela lista de glossónimos, apenas aparecem: “11 Ciokwe, 12 Luimbi, 13 Lucazi, 14 Luena, 15 Mbunda, 16 Nyengo, 17 Mbwela e 18 nkangala” (Guthrie, 1967, p. 52). É-nos difícil afirmar que houve uma lacuna no seu estudo. Entretanto, importa sublinhar que Guthrie na introdução da sua obra diz que

“in some cases the conclusion reached from fragmentar data will probably be found to be only partially correct. It is hoped, however, that the publication of this tentative work will stimulate any who are in a position to do so to contribute more complete information on the subject” (Guthrie, 1967, p. 5).

Por outro, ele confessa que encontrou sérias dificuldades. “One difficulty that had to be faced arose from the fact that some languages have been called by more than one name” (Guthrie, 1967, p. 6). É de notar também que no conjunto das línguas que ele atesta, o glossónimo Nyengo, actualmente, parece ser estranho naquela zona, ao menos da parte de Angola. Por isso, estamos de acordo com ele sobre mais estudos linguísticos, ao menos sobre a zona K. Na classificação de Redinha<sup>16</sup>, Ngangela aparece como um

---

<sup>15</sup> Dr. Yambo, depois de ter passado em resenha uma série de bibliografia e com citações chegou à conclusão que o “Povo Ngangela é um mito histórico. É um mito que existe há cerca de trezentos anos, por isso, é um pouco demorado o seu derrube para já” (Yambo, 1997, p. 25).

<sup>16</sup> Grupo Ganguela: Luimbe, Luena, Lovale, Lutchaz, Bunda, Ganguela (Ganguelas pròpriamente ditos), Ambuela, Ambuela – Mambumba, Engonjeiro, Ngoniolo (ou Gonzelo), Mbande, Cangala, Iahuma, Gengista (ou Luio), Ncoia, Camachi, Ndungo, Nhengo, Nhemba e Avico (Redinha, 1962, pp. 17-18). Mesquitela Lima ao tratar do grupo étnico Ngangela considera-o “composto pelas etnias seguintes: Lwimbi, Lwena ou Luvale, Lutchazi, Bunda, Ambwela, Ngonzelo, Mbande, Kangala, Yauma, Luyo, Nyemba, Nyengu, e Machi” (Lima, 1983, p. 57). Quanto à localização, Redinha diz que “ocupa grande parte do quadrante sudeste de Angola, principalmente as regiões da antiga circunscrição de Artur Paiva, Chitembo, Catota, Cuchi, Menongue e Caiundo, estendendo-se até às proximidades do Cuito-Cuanavale (Cuando-Cubango)” (Lima, 1983, p. 57). As classificações não são unânimes, sinal de que algo falta por acertar. Precisamos de mais estudos a respeito disso.

grupo, o “grupo Ganguela” com 20 glossónimos, dos quais, ganguelas propriamente ditos.

A par destes estudos que questionaram a língua Ngangela, temos também outros, recentes, como os de Lusakalalu e d’Andrade que afirmam Ngangela como língua. Aquele considera que “o glossónimo ngangela é o nome da língua e ao mesmo tempo o nome duma das variantes da língua” homónima (Lusakalalu, 2005, p. 43). Ernesto d’Andrade que estudou as línguas africanas, ao classificar as línguas angolanas de origem africana, diz que

“relativamente às línguas bantas, em Angola, na literatura angolana, encontramos referências a nove grandes grupos etnolinguísticos, cujas línguas são: o chokwe, o quimbundo, o quicongo, o ganguela, o nhaneca, o herero, o cuanhama, o oshindonga e o umbundo” (d’Andrade, 2007, p. 59).

Em relação às variantes, ou variedades, de acordo com a nova terminologia, o Ngangela, como qualquer língua neste mundo, possui variedades diatópicas, diafásicas e diastráticas. Por falta de estudos, até ao momento ainda não se acertou o Ngangela padrão. A título de exemplo, quando se toca neste assunto, os Vangangela do município do Cuchi consideram-se como aqueles que se expressam segundo a norma padrão, o mesmo sucede com os do Cuito Cuanavale. Mais do que litigar por isso, aceitamos que é isto que enriquece e mostra a vitalidade da língua Ngangela. Sobre a variante padrão, comumente diz-se que

“é a escola que tem a principal função de ensinar e difundir a norma. Atualmente, porém, não se pode desconhecer o papel da comunicação social, com especial relevo para a televisão”<sup>17</sup> (Segura, 2013, p. 86).

É preciso, certamente, estudos aturados para se apurar o correcto do incorrecto, o tolerável do grosseiro e definir muitas regras gramaticais que facilitem a redacção nesta língua. Em última instância, caberá à comunidade falante da língua decidir que norma a seguir nas diversas situações comunicativas.

---

<sup>17</sup> A língua Ngangela faz parte da grelha de programas em línguas nacionais tanto na Rádio Nacional como na Televisão Pública de Angola.

## Capítulo II

### Fundamentação Teórica

#### 2.1. A Perene necessidade de nomear: os nomes

O homem sentiu sempre a necessidade de nomear e de ser nomeado. Hoje mais do que nunca, a necessidade de nomear tornou-se premente e aguda. Se tivermos em conta os avanços científico-tecnológicos, com tudo o que produziram, compreendemos facilmente a necessidade de nomear. Em muitos casos não basta atribuir uma designação, é preciso publicitá-la, para adquirir maior notoriedade e expressão.

O nome de uma pessoa ou coisa, hoje em dia, além de identificar, tornou-se objecto de prestígio e de comércio. Algumas vezes, basta exhibir o nome para que as portas se abram. Isto acontece, por vezes, com questões do mundo académico. Em certos ambientes laborais, na selecção dos candidatos ao emprego, para a mesma qualificação académica, no mesmo país, são tentados a olhar pelo nome da instituição de ensino que os concorrentes frequentaram e preferem umas instituições em relação às outras. O que está em jogo, numa situação destas, não é a competência, mas o nome.

Diante disto, surge espontaneamente uma pergunta: o que é um nome ou o que são nomes? Uma das coisas difíceis na ciência, é a definição dos conceitos. Ao estudarem o sintagma nominal, Raposo e Miguel observaram que

“os falantes [de uma língua] usam tipicamente os sintagmas nominais para falarem de entidades que existem no mundo real ou em qualquer outro universo onde se localizam as situações descritas no discurso. Essas entidades podem ser de natureza muito variada: pessoas, animais, objetos, lugares, eventos, sentimentos, emoções, ideias. A menção de outros universos é importante, pois a linguagem é usada não só para falar sobre o mundo real, em que os interlocutores existem, mas também sobre mundos imaginários, de ficção, ou sobre o mundo real tal como gostaríamos que ele fosse, tivesse sido ou venha a ser. Ora, tal como o nosso, estes vários mundos, ainda que não existam, estão também povoados de seres, de objetos, de lugares e de eventos” (Raposo & Miguel, 2013, pp. 703-704).

Da leitura desta passagem, resulta que os nomes são expressões linguísticas que servem para falar (representar e descrever) entidades reais ou imaginárias do mundo no discurso. O nome é um referente para a designação da realidade. Sem designações, seria muito difícil representar o mundo nos discursos que produzimos. Muito embora aqueles autores façam notar que fazem parte do sintagma nominal, além dos nomes próprios, os pronomes

e descrições definidas, o núcleo, entretanto, é o nome. Nesta linha de ideias, é o nome que torna um discurso elucidativo e convincente.

Por outro lado, é interessante verificar que o nome não serve apenas para identificar e distinguir um indivíduo do (s) outro (s), mas também possui uma dimensão espiritual e mítico-afectiva. Por exemplo na Igreja Católica, o ritual da missa começa pela invocação da Trindade. ‘*Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*’. Na tradição e cultura Vangangela, jura-se em nome do pai; “tyili, na tata! (Verdade, com o pai!)” e em caso de susto invoca-se o nome da mãe; “nana yange! (Minha mãe!)”. Tem se dito igualmente que o nome próprio, bem pronunciado, é a música mais preferida, porque agradável, que os seres humanos gostam de ouvir.

Sem a pretensão de narrar a história da onomástica, recuando mais no tempo, não deixa de ser interessante notar que a prática denominativa era já realizada por Adão e Eva<sup>18</sup>. Segundo o testemunho de Génesis, o ser humano, a terra e o que nela existe, foram criados por Deus mediante a *palavra*. Deus podia criar os seres mediante linguagem gestual, por exemplo. Nós vemos gestos e simbólicos vários na Igreja, que é pregadora e continuadora da obra divina, mas na criação foi a palavra que prevaleceu. E não deve ser por acaso. Depois da criação, a primeira tarefa que Deus confiou ao ser humano foi a de nomear a criação.

“Então, o SENHOR Deus, após ter formado a terra, todos os animais dos campos e todas as aves dos céus, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele lhes chamaria, para que todos os seres vivos fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse. O homem designou com nomes todos os animais domésticos, todas as aves dos céus e todos os animais ferozes” (Génesis 2, 19-20a).

Nesta passagem, o hagiógrafo ressalta a importância do nome no meio de todas as unidades linguísticas. É o nome que individualiza e identifica cada ser no universo das criaturas segundo o seu género e espécie. E é o nome que distingue e permite conhecer cada um diferente do outro, além de que o conhecimento se expressa por meio da linguagem, da qual se insere a palavra. Aquela nomeação é total e universal, abarca seres materiais e imateriais. Tudo quanto existe e é passível de ser conhecido, pela mente humana, é alvo de designação.

Todos sabem que a atribuição do nome não pode ser feita de qualquer maneira. Não pode ser obra do acaso. Esta foi, então, a preocupação de Platão. No seu *Crátilo*, o

---

<sup>18</sup> Referimo-nos a Adão e a Eva, como progenitores da humanidade, para dizer que a denominação e de maneira especial a antroponímica, é conatural ao ser humano.

diálogo é centrado sobre a justeza dos nomes e oscila entre a conaturalidade e a convencionalidade do nome. Naquela altura, o natural era considerado absoluto e o que é convencional, relativo. Para Crátilo, o nome é conatural, pois

“suivant Cratyle que voici, Socrate, une juste dénomination existe naturellement pour chacun des êtres; un nom n’est pas l’appellation que certains donnent à l’objet après accord, en le désignant par une parcelle de leur langage, mais il existe naturellement, et pour les Grecs et pour les Barbares, une juste façon de dénommer qui est la même pour tous” (Platon, 1989, p. 383 ab).

Sócrates, mais cauteloso, considera que “«les belles choses sont difficiles» quando il s’agit d’en apprendre la nature. En particulier, l’étude des noms n’est pas une petite affaire” (Platon, 1989, p. 384 b). Para Dietzsch esta passagem socrática revela “que o estudo dos nomes é tema de especial importância” (Dietzsch, 2007, p. 49). Para Hermógenes, o nome é de origem convencional.

“A mon vis, le nom qu’on assigne à un objet est le nom juste; le change-t-on ensuite en un autre, en abandonnant celui-là, le second n’est pas moins juste que le premier; c’est ainsi que nous changeons le nom de nos serviteurs, sans que le non substitué soit moins exact que le précédent. Car la nature n’assigne aucun nom en propre à aucun objet: c’est affaire d’usage et de coutume chez ceux qui ont pris l’habitude de donner les noms” (Platon, 1989, p. 384 d).

Sócrates, sem tomar partido, mas tendo somente em conta a natureza do nome, considera que “le nom est un instrument qui sert à instruire, et à distinguer la réalité comme la navette fait le tissu” (Platon, 1989, p. 388 c). Sócrates reconhece a dificuldade em atribuir o nome e diz que

“ce n’est pas au premier venu qu’il appartient d’établir le nom, mais à un faiseur de noms; et celui-là, semble-t-il, est le législateur, c’est-à-dire l’artisan qui se rencontre le plus rarement chez les humains” (Platon, 1989, p. 389 a).

É preciso que haja justeza entre o nome e a entidade nomeada. Este é o cerne do diálogo travado entre Hermógenes, Crátilo e Sócrates. Se o nome tem esta finalidade, então deve ser criteriosamente seleccionado, de acordo com os ditames da língua, lei, cultura e sociedade. A não observância destes parâmetros conduz aos nomes *ridículos* ou mesmo *ofensivos*, o que trai a sua função identificadora e distintiva dos seres.

O universo do nome é plural. É tão plural, quanto os indivíduos que constituem o género humano e a multiplicidade das coisas materiais e imateriais, objectos de nomeação. De entre os diversos nomes, ocupamo-nos apenas dos nomes completos (nome próprio e apelido) dos seres humanos ou antropónimos. Os antropónimos fazem parte da grande e numerosa família de nomes próprios. Estes, por sua vez, são um subconjunto

dos nomes comuns. A diferença entre tais nomes reside, na visão de Arcamone, no seguinte:

“I nomi propri si differenziano dai nomi comuni (NC) [Nomi Comuni], in quanto, pur essendo come questi segni linguistici, non hanno un significato bensì hanno, come si dice, un referente: infatti i NP [Nomi Propri] si applicano direttamente a qualcosa di unico, concreto e specifico (*Giovanni Boccaccio, Giuseppe Garibaldi, Aldo Moro*, oppure *Senigallia, Ancona*), mentre i NC [Nomi Comuni] designano qualcosa di astrato e generico, valido per più esseri o cose (uomo, poeta, città, capoluogo). Si deve tuttavia precisare che tutti i NP (antroponimi e toponimi) prima di essere tali erano NC che per motivi diversi sono diventati NP” (Arcamone, 1991, p. 11).

Neste sentido, os nomes próprios não são palavras quaisquer, pela função que desempenham na língua e na sociedade, de nomear entidades específicas. De entre os nomes próprios, os antropónimos e os topónimos são os que possuem maior relevância. Geralmente não fazem parte do léxico comum, localizável num dicionário geral da língua. A sua especificidade consiste em:

“basically, in drawing the line between proper and common nouns, the expression’s function has been considered to be the key criterion. Proper nouns are monoreferential which means that they have only one outside world referent. Names identify their referent, its object, by differentiating it from all other referents of the same class” (Ainiala, Saarelma, & Sjöblom, 2012, p. 15).

Mesmo a sua atribuição é fruto de uma atenta opção das pessoas, no meio de tantos nomes ao dispor. Por isso têm um tratamento peculiar e um estudo característico. Para o efeito,

“la scienza che studia i NP [Nomi Propri] si chiama Onomastica: essa si suddivide nelle due branche fondamentali Antroponimia e Toponomastica, a seconda appunto che l’oggetto di interesse siano gli antroponimi o i toponimi” (Arcamone, 1991, p. 12).

Os nomes são referentes de entidades extralinguísticas que as representam na sua diversidade, por isso, são signos. Entretanto, o signo onomástico pode apresentar menor ou maior grau de transparência semântica ou apresentar-se de todo opaco. E o mesmo se pode dizer da referência nominal, pois, não é biunívoca, sobretudo o caso dos antropónimos, na medida em que um nome pode, não poucas vezes, referir-se a muitos indivíduos. Em relação ao signo linguístico, Ferdinand de Saussure dizia que,

“le lien unissant le signifiant au signifié est arbitraire, ou encore, puisque nous entendons par signe le total résultant de l’association d’un signifiant à un signifié, nous pouvons dire plus simplement: *le signe linguistique est arbitraire*” (Saussure, 1976, p. 100).

Ora isto vale também para os antropónimos. O laço que une o nome ao seu titular é arbitrário. Que alguém seja chamado de Anjo, Jesus ou mesmo Deus, por exemplo, não significa que tenha algo de celestial, seja o mais bondoso ou seja santo. Pode acontecer até que o indivíduo seja o oposto do que significa o seu nome. Ainda que os antropónimos, em algumas culturas, sejam dados como expressão de um bom desejo, para que a nova criatura seja como o conteúdo do seu nome, este augúrio nem sempre se realiza.

Em relação aos nomes, Génesis e Crátilo trataram-nos de uma forma geral<sup>19</sup>. Um estudo antroponímico sistematizado e minucioso coube a J. Leite de Vasconcellos na sua obra *Antroponímia Portuguesa*. Ele trata não somente do nome próprio e do sobrenome (patronímicos, apelidos e alcunhas), como também dos hipocorísticos, apodos e pseudónimos, enquanto formas denominativas de identificar uma pessoa na sua singularidade. É a ele a quem se deve o termo antroponímia<sup>20</sup>. Na óptica de Vasconcellos, a rede de relações recíprocas e constantes em que os indivíduos se encontram envolvidos, sem o nome, a comunicação seria um desatino. Na relação social,

“os indivíduos que constituem o género humano, entender-se-iam dificilmente entre si, ou teriam de a cada passo recorrer a perífrases incomodas, se não houvessem adoptado uma designação especial para cada um, que o distinguisse dos restantes, como *Hesíodo, Vergílio, Milton*” (Vasconcellos, 1928, p. 1)

O nome surge, assim, como elemento distintivo dos indivíduos na sociedade. Além disso, o nome é um elemento linguístico portador de dados socioculturais. De facto, todos os seres humanos possuem nomes, independentemente da língua em que se exprimam, da cultura a que pertençam, e da civilização em que vivam. Na verdade, desde as épocas mais remotas, os seres humanos tiveram sempre ao menos um nome que os identificasse como pessoas no seio da sua comunidade.

É verdade que o mundo evoluiu imenso. Hoje em dia utilizam-se meios sofisticados para identificar as pessoas, por exemplo, actualmente recorre-se à data do nascimento, às impressões digitais e aos dados biométricos. Apesar disto, o nome parece continuar na vanguarda como meio distintivo dos indivíduos. Ao que nos parece, até agora, nenhuma sociedade prescindiu ainda do uso do antroponímico.

O bilhete de identidade do cidadão, a carta de condução, o cartão de estudante, o passaporte, entre outros documentos, ainda são redigidos na base do antroponímico. Todos os países, desde os países menos desenvolvidos até aos países altamente desenvolvidos científica e tecnologicamente, todos continuam a usar nome pessoal.

O nome, desde então até agora, mantém-se vivo, útil e fascinante. Por outro, dado o seu carácter transversal, o antroponímico tem sido alvo de estudos em vários âmbitos do

---

<sup>19</sup> Antroponímicos, topónimos, etnónimos, hierónimos, orónimos, entre outros.

<sup>20</sup> Pode conferir-se em (Vasconcellos, 1887-1889, pp. I, 45). A mesma referência encontramos-la no seu tratado de *Antroponímia Portuguesa* (Vasconcellos, 1928, p. 3).

conhecimento humano, como a religião, a filosofia, a história, a linguística. Entretanto, a nós interessa estudá-lo, especialmente, nesta sua última vertente.

### 2.1.1. Onomástica: antroponímia e toponímia

Tem sido comum estudar os antropónimos como parte da onomástica. Onomástica, “o termo, de origem grega, é formado pelos elementos *onoma* (nome) e *tékne* (arte), cujo resultado é *onomastiké*, que significa *a arte de nomear*” (Eckert, 2013, p. 142).

A onomástica é entendida e definida pelo *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* como sendo o “ramo da lexicologia que tem por objecto de estudo os nomes próprios, de pessoas e de lugares. A onomástica divide-se em dois campos: o da antroponímia e o da toponímia” (Academia, 2001). A Academia não se limita a definir o objecto da onomástica, como faz o seu enquadramento no amplo campo da linguística e faz a destriça dos seus domínios. O interesse e a investigação dos antropónimos remontam à história da humanidade. Como se sabe, os nomes têm sido objecto de investigação em vários domínios do conhecimento e sob diversas perspectivas, mesmo sem formarem uma ciência autónoma. Enquanto ciência,

“Onomastics is quite young for being a field of science. It first emerged in the 19th century as a sub-science contributing to research in language history, history and archaeology. For linguists, names have shed light on the history and distribution of words. They have given historians and archaeologists a clue on the expansion, routes, economy and livelihoods as well as true biogeographic circumstances of settlement” (Ainiala, Saarelma, & Sjöblom, 2012, p. 16).

A ligação da onomástica à lexicologia, bem como as diferenças entre a antroponímia e a toponímia são explicadas por Seabra nestes termos:

“a onomástica se integra à lexicologia, caracterizando-se como a ciência da linguagem que possui duas áreas de estudo: a Antroponímia e a Toponímia – ambas se constituem de elementos lingüísticos que conservam antigos estágios denominativos. A primeira tem como objeto de estudo os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos” (Seabra, 2006, p. 1953).

A segunda, a Toponímia “se integra à Onomástica como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares” (Seabra, 2006, p. 1953). A autora retém ainda que

“apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da Onomástica – pessoa e lugar – têm na mesma uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no *onoma*, em uma área de intersecção: o vocábulo ao deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso



onomástico, reveste-se de carácter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referencializado como topónimo ou antropónimo” (Seabra, 2006, p. 1954)

O antropónimo e o topónimo são unidades lexicais porque representam realidades extralinguísticas. E é o nome (próprio) que une os dois ramos da onomástica. Já que na prática o ser humano e o seu habitat são intrinsecamente indissociáveis. De facto, existe uma estreita relação entre os antropónimos e os topónimos, tal que, muitos antropónimos são de origem toponímica, ou seja, são na realidade antropotopónimos. Por outro lado, o inverso também é verdade.

No Cuando Cubango muitas aldeias levam o nome do soba. A cidade de Menongue, é o exemplo vivo. Do mesmo modo, temos nomes de indivíduos inspirados em nomes de lugares. Entre nós, no Cuando Cubango, existem concidadãos com nomes de Luanda, Benguela, Huambo.

A onomástica moderna, na vertente antroponímica, é devedora do legado de José Leite de Vasconcellos e de Albert Dauzat. O primeiro produziu um tratado de *Antroponímia Portuguesa*. O segundo deu o seu contributo nesta matéria ao tratar dos antropónimos franceses. Em relação à repartição da onomástica e à definição de cada uma das suas partes, Vasconcellos tem uma visão diferente. De facto, ele vê na onomástica não uma dualidade, mas uma tripartição.

“Temos, como se vê, muitas espécies de *nomes próprios*. A secção da Glotologia que trata d’eles (origem, razão de emprêgo, forma, evolução, etc.), convieram os filólogos em a designar por *Onomatologia*, que, de acôrdo com aquelas especies, deverá decompor-se em três disciplinas secundarias:

- 1) Estudo de nomes locais, ou *Toponímia*, na qual se inclue igualmente o elemento líquido (rios, lagos, etc.), e outros produtos da natureza, como árvores, penedos, que dão freqüentemente nomes a sítios (a Toponímia é pois Onomatologia geográfica).
- 2) Estudo dos nomes de pessoas, ou *Antroponímia*, expressão que o autor pela primeira vez propôs e empregou em 1887, na *Revista Lusitana*, I, 45.
- 3) Estudo de varios outros nomes propios, isto é, de astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios, cousas: *Panteonímia* (de παντοῖος, que quer dizer «de toda a especie», «variado»). No estudo dos nomes de seres sobrenaturais nada nos impede de chamar *Teonímia* (Theonymia) ao dos nomes de deuses” (Vasconcellos, 1928, p. 3).

Segundo a visão vasconcelliana, a panteonímia, também, seria parte da onomástica, a qual ele chama de onomatologia, embora esta ideia seja pouco seguida pelos linguistas actuais.

Sobre antroponímia, Dauzat na introdução ao seu *Dictionnaire Étymologique des Noms de Famille et Prénoms de France*, verifica que “l’étude des noms de personnes – l’anthroponymie – est devenue une science, qui a sa technique” (Dauzat, 1951, p. vi), ou

seja, goza de autonomia dentro da onomástica. Com métodos, técnicas de pesquisa e finalidade próprias. Decerto, trata-se de uma relativa autonomia, na medida em que as diversas áreas do conhecimento não são estanques. Funcionam como vasos comunicantes. Tal como nos diversos domínios científicos, assim também em linguística, há uma constante intersecção. Uma das intersecções da antroponímia prende-se com a morfologia, a semântica e a fonética por exemplo.

### 2.1.2. Terminologia e constituição antroponímica

Os antropónimos possuem uma terminologia e uma constituição variada. A língua, o meio ambiente sociocultural, rural ou urbano, o tempo, entre outros factores, influenciam a sua formação, constituição e atribuição. Sabe-se que os antropónimos servem para identificar os indivíduos na sociedade. A humanidade ainda não encontrou um sistema antroponímico que denomine cada ser humano com um nome individual só para si. Acontece que um nome pode designar vários indivíduos, isto porque os nomes são *poucos* (por questões tradicionais, de preferência, de religião) relativamente aos indivíduos a serem denominados.

Hoje, mais do que nunca os seres humanos vivem ou tendem a viver em comunidades cada vez mais numerosas. A nomeação com apenas um ou dois nomes não é suficiente para distinguir e diferenciar os indivíduos uns dos outros, pois assim procedendo, a ocorrência de homonímias é maior. Para se evitar este escolho, os indivíduos tendem a usar muitos nomes, formando uma cadeia onomástica. Por exemplo,

“na tradição romana os indivíduos tinham sido identificados pelos *tria nomina*: o *praenomen*, ou nome próprio, que era atribuído pouco depois da nascença; o *nomen*, que indicava qual o clã, ou *gens*, a que pertenciam; e o *cognomen*, que tanto podia ser uma alcunha pessoal como um nome de família, hereditário, que neste caso indicava a pertença a um ramo específico da *gens*. Inicialmente, segundo os autores romanos, as pessoas teriam tido apenas o nome próprio. Depois, teriam passado a usar dois nomes, e, mais tarde, à volta do segundo século a.c. (provavelmente em consequência da crescente dimensão e complexidade da sociedade romana), o sistema dos três nomes ter-se-ia tornado universal” (Robert, 2008, p. 29).

Segundo o testemunho de Irina Gonçalves:

“os antropónimos medievais eram constituídos, essencialmente, por um nome próprio – o mais importante e o único verdadeiramente fixo – a que se podia ou não juntar um sobrenome, que era sempre, ou pelo menos quase sempre, formado por um patronímico e um indicativo de proveniência ou de domicílio, ou uma alcunha, que podiam ou não, um e outra, transformar-se em apelido de família” (Gonçalves, 1988, p. 70).

Na modernidade *portuguesa*, as pessoas usam o segundo nome ou sobrenome. “Temos, assim, para além do nome próprio, que podia ser simples ou composto, três tipos de sobrenomes: o patronímico, o apelido e a alcunha” (Robert, 2008, p. 34).

Os antropónimos são heterogéneos. Na terminologia vasconcelliana, as categorias antroponímicas principais são: *prenome* ou título honorífico (Vasconcellos, 1928, p. 18), *nome próprio*, individual ou de baptismo (Vasconcellos, 1928, p. 8), *sobrenome* (Vasconcellos, 1928, p. 11) que podia ser patronímico (raramente matronímico) ou indicação de filiação, podia ser ainda um etnónimo, uma indicação geográfica de proveniência ou de moradia que se junta imediatamente ao nome próprio e *apelido* (Vasconcellos, 1928, p. 11) ou designação de família, transmitida de geração em geração.

O nome completo da pessoa humana, em sentido estrito, tinha esta sequência: *nome próprio* e *sobrenome*. Por causa da versatilidade do nome, divergências sempre existiram, pois, “hoje não falta quem por *sobrenome* entenda tudo o que se junta ao nome, seja sobrenome propriamente dito, seja apelido, seja um e outro” (Vasconcellos, 1928, p. 14). A par destes antropónimos, uma pessoa singular, no decurso da sua vida, pode ter outros nomes adventícios como os hipocorísticos, apodos e pseudónimos.

Se este se podia considerar como *padrão*, existiu e pode existir ainda hoje, outros sistemas antroponímicos de constituição diferente. Mesmo para Vasconcellos, “um nome póde usar-se avulso, isto é, sem sobrenome ou apelido algum” (Vasconcellos, 1928, p. 95), embora casos semelhantes fossem cada vez mais raros.

Na sequência de estudos onomásticos, investigações antroponímicas contemporâneas conduziram a uma *nova* terminologia, em relação à clássica. Apesar de ser semelhante na constituição, nos dias que correm, há uma nova proposta terminológica, a nível internacional, para descrever e classificar as diferentes categorias antroponímicas.

A nova terminologia considera que

“o termo *prenome* designa o primeiro nome, uma vez que o termo nome próprio não nos parece adequado por não ser um termo específico, podendo apresentar um valor genérico não apelativo” (Nunes & Kremer, 1999, p. 4).

Por outro lado, na terminologia vasconcelliana, *prenome* designava também título honorífico. Dado que título honorífico não é uma unidade antroponímica, a terminologia actual considera que mantenha a mesma designação de título honorífico em vez de *prenome*. Para Nunes, “não utilizamos o termo sobrenome, mas sim o termo *prenome*

*composto*, por oposição a *prenome simples*” (Nunes & Kremer, 1999, p. 4). O uso do prenome para designar o nome próprio também é atestado por Amaral e Machado, quando dizem que “o prenome pode ser simples, como José, ou composto, como em José Maria” (Amaral & Machado, 2015, p. 56). Nunes explica as razões que estão na base desta nova denominação da seguinte maneira:

“A adopção do termo *prenome* para o primeiro nome levou-nos a utilizar o termo *segundo nome*, em vez de apelido, para designar a unidade antroponímica que segue o prenome. O termo *segundo nome* pareceu-nos mais adequado por ser simultaneamente mais específico e mais abrangente” (Nunes & Kremer, 1999, p. 4).

Desta maneira,

“ao *segundo nome* podem seguir-se um *terceiro nome* e um *quarto nome*. Estas unidades constituem elementos de identificação individual, pois ainda não se tinham fixado, correntemente, como nomes colectivos de família, daí ser mais adequada a designação de segundo, terceiro e quarto nomes. Trata-se de unidades antroponímicas que são designadas pela posição e sequência que ocupam na cadeia onomástica” (Nunes & Kremer, 1999, p. 5).

É uma inovação científica digna de nota. Ainda assim, importa referir que se de um lado o uso do prenome quase reúne consenso dos especialistas, do outro lado, o mesmo não é possível dizê-lo em relação ao uso do segundo, terceiro ou quarto nomes. Por esta razão e não só, neste trabalho seguiremos a terminologia oficial angolana, cuja sequência é: *nome próprio* e *apelido*, em que ambas as unidades antroponímicas podem ser simples ou compostas. A Lei n. 10/85 de 19 de Outubro preceitua: “o nome completo compor-se-á, no máximo, de cinco vocábulos gramaticais simples, dois dos quais só podem corresponder ao nome próprio e os restantes ao apelido” (Povo, 1985), artigo 1º, n. 1.

#### 2.1.2.1. Estudos antroponímicos em Angola

Apesar da importância inegável de que os nomes se revestem, nos dias que correm existe pouca ou mesmo nenhuma obra antroponímica que trate de maneira exclusiva da antroponímia angolana.

Durante a pesquisa, deparamo-nos com *O Nome na Identidade Umbundu: contributo antropológico*, de Simeão Chimbinda. Uma referência obrigatória para todos quantos queiram entrar na floresta da tradição Umbundu, no dizer de Daniel Cupenala que prefaciou a obra. Seguindo a ordem de importância, outra obra que se impôs à nossa

atenção é a de Francisco Yambo, *Dicionário Antroponímico Umbundu*, sobretudo a parte teórica, relativamente aos nomes em Angola.

Não podemos deixar de se referir ao trabalho do nosso predecessor neste projecto antroponímico da nossa terra, Major Serrote com a sua tese de mestrado sobre *Antroponímia da Língua Kimbundu em Malanje* (Serrote, 2015). Tivemos acesso, também, ao pequeno *Dicionário de Nomes em Oshikwanyama*, de Cecília Ndanyakukwa (Ndanyakukwa, 2016).

Nesta *amostra* bibliográfica sumária, a característica que salta logo à vista é a de tratados particulares e não globais da matéria antroponomástica ao nível nacional. Apesar de ser pouca bibliografia, alegra-nos o facto de notar que os autores referidos manifestam um enorme interesse pelos nossos nomes, pela riqueza que apresentam e pela necessidade de dá-los a conhecer à posteridade.

## 2.2. Variação linguística

Ao tratar da variação linguística, começaria por citar as palavras de Martins que dizem:

“A variação é uma propriedade inerente a qualquer língua (viva e saudável) e pode observar-se quer contemporaneamente, manifestando-se como diversidade dialectal ou sociolinguística, quer historicamente, revestindo então a feição de mudança linguística. Os dois tipos de variação encontram-se profundamente imbricados, sendo as variantes dialectais ora vias de acesso ao passado da língua (oferecidas ao observador contemporâneo) ora manifestação de novas mudanças” (Martins, 2016).

Um dado importante e indispensável a qualquer pessoa que pretenda ter um conhecimento sobre a língua e não queira limitar-se a um mero utilizador. De facto, tal como ficou bem frisado pela Martins, a língua apresenta uma série de variações tanto ao nível dialectal ou da sociolinguística quanto ao nível diacrónico ou histórico, o que faz dela um conjunto de variantes, de entre elas a variante normativa. A variação é um fenómeno universal e imparável de todas as línguas vivas.

A maior percentagem do uso da língua está ligada à fala, a mais natural forma de utilizá-la. A escrita é um privilégio de poucos que frequentaram a escola ou que tiveram um treino especial. Apesar de os falantes de uma língua não terem problemas em se entenderem, a língua mantém a sua diversidade. A tendência de ver nela a homogeneidade é apenas uma aparência. De facto,

“quanto à homogeneidade, as pessoas de uma mesma comunidade lingüística podem até pensar que falam exatamente a mesma língua, mas isso não é verdade. As diferenças lingüísticas podem ser percebidas em todas as línguas do mundo, mesmo em pequenas comunidades de fala, nos níveis fonético, fonológico, morfológico, sintático ou semântico” (Costa, V. L. 1996, p. 52).

O fenómeno da variação linguística é uma realidade com que lidamos no dia-a-dia. Não seria possível usar a língua da mesma maneira, dado que os seres humanos são indivíduos com experiências, conhecimentos e visões do mundo diferentes. A variação linguística, longe de ser uma perturbação, é uma riqueza que precisa de ser estimada e valorizada na sua diversidade em relação à norma.

Todos vemos como é diferente a maneira como a língua é usada pelas diversas faixas etárias ou pelos habitantes de uma localidade com diversas proveniências geográficas, pelos diversos indivíduos de distintos graus académicos ou pelo mesmo falante quando se encontra em diversas circunstâncias em que é chamado a pronunciar-se. Neste último caso, a título exemplificativo, uma pessoa utilizará registos de língua diferentes de acordo com a formalidade ou informalidade do ambiente em que toma a palavra. De resto, o fenómeno da variação linguística é sobejamente atestado por muitos gramáticos. Chamam-no, fundamentalmente, de variação diatópica, diastrática, diafásica<sup>21</sup> e diacrónica.

“A partir da nova conceção da língua como diassistema, tornou-se possível o esclarecimento de numerosos casos de polimorfismo, de pluralidade de normas e de toda a inter-relação dos fatores geográficos, históricos, sociais, psicológicos que atuam no complexo operar de uma língua e orientam a sua deriva” (Cunha & Cintra, 2014, p. 4).

Um outro factor que dita a variação linguística é a inovação, sobretudo lexical. Novas unidades linguísticas vão surgindo e outras entram em desuso. Além deste fenómeno conatural às línguas, Ngangela apresenta ainda a variação gráfica de algumas das suas unidades, os antropónimos. No nosso caso, a variação ainda é motivada pela coabitação no mesmo espaço geográfico de várias línguas. A este respeito, um trabalho sobre *neologia, terminologia e lexicultura* em português, coordenado por Lino, verificou que “a Língua Portuguesa não cessa de evoluir, nos vários espaços lusófonos, onde coabita com outros tipos de línguas” (Lino, Chicuna, Grôz, & Medina, 2010, p. 188). O mesmo pode ser dito em relação às outras línguas que vivem em situação similar.

---

<sup>21</sup> Ver entre outros: (Cunha & Cintra, 2014, p. 4), (Bechara, 2009, p. 31)

### 2.2.1. O valor da escrita

Uma das maneiras de estabilizar a língua é dotá-la de escrita. As línguas ágrafas são instáveis. Sabe-se que existem vários tipos de escrita. As línguas podem ter o sistema de escrita ideográfico ou fonético (silábico e alfabético). Por exemplo, escritas como cuneiforme, dos sumérios; hieroglífica, dos egípcios e ideográfica dos chineses são de natureza não alfabética. Nós desejamos aferir o valor da escrita alfabética, greco-latina, a qual grande parte das línguas modernas está codificada. A escrita serve para transcrever as palavras de uma língua, para mantê-las estáveis e conservar no tempo o que por elas se expressa.

Em relação ao seu valor, Platão, no *Fedro*, ao analisar o discurso de Lísias, símbolo da retórica de então, para apurar a verdadeira arte de falar e escrever com beleza, Platão pela boca de Sócrates conta o mito de Theuth<sup>22</sup>. Ele considera que a escrita é um mal, na medida em que provoca nas pessoas a falta de exercício da memória ao confiarem na escrita que é exterior. Deste modo, as pessoas não vão saber a verdade das coisas, somente se vão iludir em sabê-las. A escrita oferece uma aparência de sabedoria. A escrita é apenas um remédio para a memória e não para a sabedoria. Platão compara a escrita à pintura, e eis como se expressa:

“Os produtos desta apresentam-se na verdade como seres vivos, mas se lhes perguntares alguma coisa, respondem-te com um silêncio cheio de gravidade. O mesmo sucede também com os discursos escritos. Poderá parecer-te que o pensamento anima o que dizem; no entanto, se, movido pelo desejo de aprender, os interrogares sobre o que acabam de dizer, revelam-te uma única coisa e sempre a mesma. E uma vez escrito, cada discurso rola por todos os lugares, apresentando-se sempre do mesmo modo, tanto a quem o deseja ouvir como ainda a quem não mostra interesse algum. Não sabe, por outro lado, a quem deve falar e a quem não deve. Além disso, maltratado e insultado injustamente, necessita sempre de ajuda do seu autor, uma vez que não é capaz de se defender e socorrer a si mesmo” (Platão, 1997, p. 275e).

Talvez seja este o motivo que levou insígnies mestres da antiguidade como Sócrates e Jesus Cristo a não escreverem. Sobre o valor da escrita, Aristóteles, na sua *Retórica*<sup>23</sup>, ao contrário de Platão, considera que tanto se pode persuadir as pessoas com discursos escritos, como pelos debates.

É necessário, porém, adequar a cada género a sua melhor forma de expressão. É ao tratar desta matéria que Aristóteles fez um juízo sobre a escrita. Para ele, “a expressão escrita é a mais exacta. Por seu turno, a dos debates é a mais semelhante a uma

---

<sup>22</sup> Pode ler-se em Platão, *Fedro*, 274c-275a.

<sup>23</sup> Aristóteles, *Retórica*, liv. III, c. XII.

representação teatral” (Aristóteles, 2005, p. 1413c). Por seu turno, Saussure<sup>24</sup>, reconhece tanto os méritos quanto as insuficiências da escrita. Ele considera que a escrita tem a função de representar os fonemas da língua e nem sempre desempenha cabalmente a sua função.

A voz dos contemporâneos, personalizada em Bechara, retém que a representação gráfica, por meio do alfabeto greco-latino, das palavras das nossas línguas nem sempre é a mais fiel possível.

“Em se tratando de línguas modernas que adotaram um sistema gráfico aproveitando o alfabeto latino, como ocorre com a maioria dos idiomas modernos, três fatores contribuem para que não se alcance uma ortografia ideal, apesar de entrarem em seu socorro, recursos de letras e sinais diacríticos não existentes em latim:

- a) Adoção de alfabeto estranho, como o latino, nem sempre capaz de atender à representação de fonemas de novas línguas;
- b) Mudança através do tempo de fonemas das novas línguas, depois de adotado o alfabeto latino;
- c) Perante indecisão das convenções ortográficas entre a opção fonético-fonológica e a “etimológica” (este, pelo prestígio dos hábitos da escrita latina)” (Bechara, 2009, pp. 52-53)

Por causa disso, há também variação na escrita de alguns dos vocábulos. A variação tanto entendida como diassistema linguístico como variação gráfica é presente em muitas línguas.

Por exemplo, o acordo ortográfico de 1990<sup>25</sup> trouxe variação na grafia portuguesa entre os que aderiram e os que não aderiram. A base IV daquele diploma (das sequências consonânticas) manda eliminar a letra ‘c’ dobrada nas palavras em que tenha som mudo, como em *ato*, *objeção* e *batizar*. Neste momento, em Angola, aquelas palavras são grafadas com a consoante ‘c’, enquanto em Portugal e no Brasil a omitem. O problema coloca-se na norma que se usa, pois é ela que diz o que é correcto e o que é incorrecto graficamente, ou seja, que dita a ortografia.

Se a língua Portuguesa que conta com uma instituição académica secular depara-se ainda com este problema, o que esperar do Ngangela cujo alfabeto está ainda em fase de elaboração e aprovação? É normal, neste estágio, haver instabilidade gráfica. A variação gráfica em Ngangela revela o esforço que cada autor ou instituição faz para encontrar o caminho certo que leva à estabilidade.

---

<sup>24</sup> Capítulo VI do *Curso de linguística geral*.

<sup>25</sup> <http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf>



## Capítulo III

### Princípios Metodológicos

#### 3.1. Constituição do *corpus*

Para podermos aferir a variação gráfica, a conformação dos antropónimos com a lei e com a cultura Vangangela, precisamos de dados reais, por isso foi necessário constituir um *corpus* antroponímico da circunscrição geográfica e administrativa em causa.

O *corpus* é definido pela ISO como sendo uma “collection of language data brought together for analysis” (ISO 1087:1, 2000). Outro entendimento, expresso por Wynne considera que

“a corpus is a collection of pieces of language text in electronic form, selected according to external criteria to represent, as far as possible, a language or language variety as a source of data for linguistic research” (Wynne, 2005).

De facto, a constituição do *corpus* tem critérios. Não basta ter um objectivo em mente, é preciso observar certos parâmetros. No dizer de Edo Marzá,

“A la hora de diseñar un corpus de trabajo *ad hoc* para la extracción y el análisis de la terminología, es importante tener en cuenta cuatro factores principales: el tamaño, la representatividad (marcada por la diversidad y el equilibrio), la procesabilidad o explotabilidad y la fiabilidad de los datos.” (Edo Marzá, 2012).

Sobre a representatividade, Costa observou que

“a noção de representatividade em *corpora* especializados não pressupõe a noção de quantidade, dado que a produção de textos numa área de especialidade, numa língua determinada, pode ser diminuta, assumindo o tamanho do *corpus* um valor relativo” (Costa, M. R. 2003, p. 257).

Foi tendo em conta estes critérios que fomos à Conservatória de Registo Civil de Menongue e depois de o conservador ter aceite o pedido, despachou-nos para o arquivista. Este disse-nos que passássemos no dia seguinte, de modo a que preparasse os livros. Foi então que fotografámos<sup>26</sup> com smartphone LG K10 LTE, alguns assentos de registo civil. De forma aleatória, por comodidade, preferimos as primeiras páginas. Cada página continha o nome completo do registado, o nome completo dos pais e em princípio os

---

<sup>26</sup> Nos dias 17 e 18 de Agosto de 2016.

nomes completos dos avôs/avós paternos e maternos. Estes assentos foram extraídos de 16 livros de Registo Civil da Conservatória de Menongue e repartidos em duas décadas. Para a década de 1960, foram usados os livros nº. 68/1966, nº. 44/1967, nº. 1-A/1968, nº. 5-A/1969 e nº. 1/1970. Tiraram-se 127 fotografias, na razão de 25 assentos por cada livro.

Os livros mais antigos da Conservatória de Menongue remontam à década de 1960 e começam pelo ano de 1966. Os restantes, 198 assentos foram tirados de 11 livros da década de 2000, na razão de 18 assentos por cada livro. Para esta década, as fotografias foram tiradas dos livros: nº. 5/2000, livro nº. 1/2001, livro nº. 53/2002, Livros Sem Número (LSN) de cada ano de 2003 e 2004, livro nº. 26/2005, nº. 10/2006, nº. 15/2007, nº. 11/2008, nº. 13/2009 e nº. 27/2010.

Depois, as fotografias foram transferidas para um computador portátil pessoal. Tivemos de transcrever, num caderno, todos os nomes completos dos registados, bem como o nome dos seus pais e avôs. Deparamo-nos com certas grafias pouco claras, mas com paciência e dedicação decifrámo-las. Em seguida fizemos uma relação nominal dos registados por décadas.

A década de 1960 com 127 assentos de registo civil e a década de 2000 com 198 e constituímos o *corpus* antroponímico da província do Cuando Cubango com 325 assentos de registo civil. A lista manuscrita digitalizámo-la e passou para o formato word. Para se poder usar o hipertexto Concapp ou Antconc, tivemos de converter o formato word em txt.

Como se pode ver, o nosso não é um *corpus* de língua geral, mas de especialidade. A ISO define língua de especialidade como sendo uma “language for special purposes language used in a subject field and characterized by the use of specific linguistic means of expression” (ISO 1087:1, 2000). Esperamos que seja suficiente para representar a antroponímia daquela circunscrição territorial angolana e bastante para o exercício a que nos propomos.

## 3.2. Análise de dados

### 3.2.1. Questões prévias

Para podermos analisar adequadamente o *corpus*, precisamos de reparti-lo em duas partes: uma para a década de 1960 e outra para a década de 2000. As razões que norteiam esta divisão prendem-se com a história de Angola. A primeira parte do *corpus* corresponde aos antropónimos do distrito do Cuando Cubango, quando Angola era província portuguesa. A segunda parte corresponde aos antropónimos do Cuando Cubango, província de Angola. A redacção dos antropónimos de ambas as partes do *corpus* obedeceu a normas e contextos históricos distintos, por isso a sua análise, em parte, poderá ser feita em separado.

Os antropónimos da primeira parte remontam à lei portuguesa, e ainda assim, os antropónimos dos livros de 1966 e 1967 estão sujeitos ao regime jurídico do artigo 123º (sobre a composição do nome) do Código do Registo de 1958 (Justiça P. M., 1958) que estatua:

1. O nome completo compor-se-á no máximo, de seis vocábulos gramaticais simples, dos quais só dois poderão corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos de família.
2. Os nomes próprios devem ser portugueses e escolhidos de preferência entre os que se encontram nos diferentes calendários da Igreja Católica ou outro entre os que usaram personagens conhecidas na história nacional e não devem envolver referências de carácter político nem confundir-se com nomes de família, nem de coisas, animais ou qualidades, salvo tratando-se de nomes de uso muito vulgar na onomástica portuguesa.
3. Os apelidos serão escolhidos entre os pertencentes às famílias dos progenitores do registando, devendo o último ser sempre um dos apelidos usados pelo pai ou, na sua falta, um dos apelidos a cujo uso o pai tinha direito.

Os antropónimos extraídos dos livros de 1968, 1969 e 1970 estão regulados pelas normas do Código do Registo Civil de 1967, que entrou em vigor nos serviços consulares e diplomáticos a 1 de Janeiro de 1968. É mais provável que a entrada em vigor nas colónias também tenha sido neste ano. O artigo 130.º do Código do Registo Civil de 1967 (Notariado, 1967) que regulava a composição do nome estabelece que:

1. O nome completo compor-se-á, no máximo, de seis vocábulos gramaticais simples, dos quais só dois podem corresponder ao nome próprio, e quatro a apelidos de família.
2. Os nomes próprios devem ser portugueses ou, quando de origem estrangeira, traduzidos ou adaptados, gráfica e foneticamente, à língua portuguesa, e não devem suscitar justificadas dúvidas sobre o sexo do registado, nem envolver referências de carácter político, nem confundir-se com meras denominações de fantasia, apelidos de família, nomes de coisas, animais ou qualidades, salvo tratando-se de nomes de uso vulgar na onomástica portuguesa.

3. São admitidos os nomes próprios estrangeiros, sob a forma originária, se o registando for estrangeiro ou tiver outra nacionalidade além da portuguesa.
4. Os apelidos são escolhidos entre os pertencentes às famílias dos progenitores do registando, devendo o último ser um dos apelidos usados pelo pai ou, na sua falta, um dos apelidos a cujo uso o pai tinha direito, ou pelo qual seja conhecida a sua família.

Importa sublinhar que a par destas normas vigorava também o Estatuto dos Indígenas<sup>27</sup> (Ultramar, 1954) que separava os cidadãos dos não-cidadãos, tendo sido revogado em 1961 (Ultramar, 1961).

Naquela altura, no registo fazia-se menção ao filho ilegítimo e ao pai incógnito, entre outros pormenores. Posto isto, consideramos que os registos da década de 1960 obedecem às normas portuguesas, acima referidas. No fundo os dois códigos mantêm o número de seis vocábulos gramaticais, dois para o nome próprio e quatro para o apelido. No primeiro, os nomes próprios deviam ser portugueses e de preferência hagiónimos da Igreja Católica ou de figuras ilustres que se destacaram na história portuguesa, dado irrelevante para o segundo código que consagra maior liberdade na escolha do nome. O segundo código aceita igualmente nomes estrangeiros desde que sejam adaptados à grafia portuguesa. Entretanto, ambos os códigos mantêm a proibição de nomes com referência a política, a animais ou coisas e à obrigatoriedade de escolher o apelido entre os pertencentes às famílias do registando.

Os antropónimos da década de 2000 estão regulados pelo direito angolano. A lei angolana sobre a composição do nome, Lei n. 10/85 de 19 de Outubro (Povo, 1985), que altera a Lei n.10/77 de 9 de Abril (Revolução A. C., 1977), em matéria da composição do nome e do número máximo de vocábulos, para se ajustar às especificidades da realidade social angolana, dispõe no seu artigo 1º, o seguinte:

1. O nome completo compor-se-á, no máximo, de cinco vocábulos gramaticais simples, dois dos quais só podem corresponder ao nome próprio e os restantes ao apelido.
2. Em casos devidamente justificados, atendendo à composição dos apelidos dos progenitores, o número máximo de vocábulos pode ser elevado a seis, mantendo-se, contudo, o limite de dois para o nome próprio.
3. Os nomes próprios, ou pelo menos um deles, será em língua nacional ou em língua portuguesa.
4. Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na forma originária ou adaptada.
5. Os apelidos são obrigatórios e serão escolhidos entre os pertencentes às famílias paterna, materna ou ambas dos progenitores do registando. No caso dos progenitores do registando não terem apelido, será este escolhido pelo declarante, de preferência de acordo com o funcionário perante quem for prestada a declaração.

---

<sup>27</sup> Por ex., o artigo 56º desta lei considerava que se podia perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que satisfizesse cumulativamente certos requisitos, de entre eles os seguintes: a) ter mais de 18 anos de idade; b) falar correctamente a língua portuguesa; c) exercer uma profissão; d) ter bom comportamento.

### 3.3. Nomes próprios e apelidos do *corpus* e a sua conformação com a lei

A lei traça o quadro antroponímico geral. Não obriga que todos tenham cinco ou seis “vocábulo gramaticais”, ou seja, cinco ou seis unidades antroponímicas, mas também os indivíduos precisam de ter no mínimo dois vocábulos. Na década de 1960, encontramos quatro nomes completos constituídos por apenas um vocábulo gramatical, isto é, um nome: Massozi, Mungumba, Caiundo e Salelo, todos extraídos do livro n. 1-A/1968, o que foi pouco legal.

Uma boa parte dos nomes completos das duas décadas em análise é constituída de forma binominal. Presume-se que a primeira unidade antroponímica corresponda ao nome próprio e a segunda ao apelido. As normas que regulam os antroponímicos do *corpus* rezam que os apelidos devem ser escolhidos entre os da família do registando. Dos dados de que dispomos, parte considerável dos antroponímicos parece indicar apenas nomes próprios compostos. Nomes em português antepostos aos nomes em Ngangela ou uma outra língua angolana de origem africana. Aqueles nomes não são acompanhados de apelidos, se por apelido se entender nome de família (transmissível de geração em geração)<sup>28</sup>. Encontrámos ainda dois casos que parecem não terem apelidos, mas somente nomes próprios compostos. Trata-se de: Fernando **de Sousa**<sup>29</sup> e Armando **de Queirós**<sup>30</sup>, extraídos dos livros nº 5/2000 e nº 10/2006 respectivamente. A nossa pesquisa, no entanto, ficou impedida pela omissão dos nomes dos avós e em parte porque o nome completo dos pais, especialmente na década de 1960, ficou registado apenas por uma unidade antroponímica, talvez a que correspondia ao nome próprio.

Noutros casos são ainda nomes próprios compostos, onde o segundo nome indica o patronímico. Nestes casos, o segundo nome podia funcionar como apelido, se não se cingisse a uma geração. Achamos que é mais sobrenome do que apelido no sentido próprio do termo. Segundo a lei angolana, os apelidos do registando são obrigatórios e devem provir dos apelidos da sua família. Como se sabe, o conceito de família na cultura

---

<sup>28</sup> Existem muitos exemplos no *corpus*, mas não podemos reportar a genealogia dos visados para preservar a sua identidade pessoal. Muitos nomes citados neste trabalho, sofreram uma alteração, antes da publicação, pelas mesmas razões.

<sup>29</sup> Nenhum dos pais possui um nome próprio ou apelido de género [Sousa]. Por outro, os apelidos que temos vindo a registar são praticamente todos oriundos dos nomes e apelidos dos progenitores e não dos (as) avós/avós.

<sup>30</sup> Sabemos, no entanto, que **de Queirós** não indica a paternidade, mas a pessoa homenageada, o vulgo xará. A ser assim, seria todo um nome ou se se considerar apelido, não é de origem familiar, tal como diz a lei.

Vangangela e não só, é lato. Por isso, fica difícil procurá-los apenas entre os apelidos dos parentes estreitos que estão inscritos na sua certidão. Sobre esta temática, Chimbinda que interpretou esta norma sobre o nome na identidade Umbundu, observou que

“o critério de selecção de um apelido está no facto de pertencer a uma família. A definição Umbundu sobre a família e quem pertence a ela é crucial para se apurar o eventual leque de ‘apelidos legais’” (Chimbinda, 2009, p. 35).

Sabendo que a lei, ao regular a composição do nome, teve em conta o respeito pelo mosaico linguístico-cultural do Estado angolano, onde o conceito de família não se cinge ao núcleo, mas é mais abrangente. Neste sentido, nada obsta que o apelido venha de qualquer membro da família. Entretanto, duvidamos que este seja o verdadeiro espírito da lei. O acordo que o declarante deve ter com o funcionário destina-se mesmo a impedir que aquele escolha o (s) apelido (s) não só ao sabor da moda e das circunstâncias, como também o (s) escolha de qualquer membro da família. É mais provável que o legislador quis preservar não só a consanguinidade, mas sobretudo a filiação e a linhagem. Seguindo este ponto de vista, se os progenitores não tiverem apelidos, chamar-se-iam outros parentes mais próximos, os avôs paternos e maternos, os bisavôs, os trisavôs e assim por diante, na linha recta.

Por outro lado, parece que nem sempre foi clara a distinção entre o nome próprio e o apelido. Temos vindo a observar que os apelidos são quase sempre escolhidos entre os nomes próprios e os apelidos dos pais dos registandos, embora a lei diga que os apelidos devam ser seleccionados entre os (apelidos) da família do registando. Nomes completos como Quintino Dilai Ndala (13/2009) e José da Costa Belo (27/2010) parecem ter apelidos incertos. No caso do primeiro, o vocábulo que serviria de apelido seria Dilai que ficou na posição do nome, visto que Ndala não faz parte do nome completo de nenhum dos seus progenitores.

Para nós, a sequência onomástica daquelas unidades antroponímicas seria: Quintino Ndala Dilai. Quintino, seu primeiro nome em português, Ndala, segundo nome (sobrenome) em ngangela a dizer que é primogénito e Dilai, seu pai, apelido. O mesmo se podia dizer do José da Costa Belo. Na verdade, Costa é o único nome dos seus progenitores que encontramos na formação daquelas unidades antroponímicas. A ser assim, *da Costa* seria o último daquela sequência onomástica. José Belo da Costa seria mais exacto.

Sobre o nome próprio, a norma diz que este poderá compor-se por apenas dois vocábulos gramaticais simples. O nome próprio será simples, como *Morais* e composto como *Maria de Fátima*. Neste último caso, o nome estaria completo, enquanto no primeiro se podia adicionar ainda mais um vocábulo.

A norma precisa de partir dos hábitos e costumes das pessoas a regular. Se fossem três vocábulos para o nome próprio e dois para o apelido, talvez fosse mais conveniente. Temos observado que os apelidos têm sido tirados dos nomes próprios e apelidos dos pais dos registandos e na sua maioria um vocábulo de cada parte (paterna e materna). A maior quantidade de vocábulos é requerida para o nome próprio e não para o apelido.

Para a composição do nome precisa-se de alargar o número de vocábulos para o nome próprio. Visto que a norma de números de vocábulos é uma inspiração da norma portuguesa, o que para Portugal é costume, não o é para Angola. Precisamos de adaptar aquela norma aos costumes angolanos. Os apelidos servem para indicar a filiação. Dois bastariam, um para indicar a parte paterna e outro para a materna. Era preciso ver também a sua sequência qual dos apelidos seria o primeiro, se o apelido paterno ou o apelido materno.

Em relação à língua, a disposição legal considera que, se o nome próprio for composto, pelo menos um deles será em língua angolana de origem africana ou em português. Ao que nos parece, o legislador queria que todos os nomes fossem nas línguas faladas em Angola, como forma de manter a identidade nacional. Isto, no entanto, inibiria a liberdade de escolher os nomes. Hoje em dia há uma febre antroponímica de nomes exóticos, tal que, em certos nomes é difícil descobrir o género.

A norma diz também que em caso de haver um nome noutra língua que não se fale no país, este pode ser tal e qual como na língua originária ou adaptado. Sobre a necessidade de adaptação dos nomes, Castro, referindo-se à onomástica portuguesa considera que

“a admissão de nomes estrangeiros em forma originária exigirá a utilização dos três grafemas K, Y e W que faltam ao alfabeto português, bem como de vogais e consoantes em distribuição a que não estamos habituados (sh, sch, ll)” (Castro, 2003, p. 14).

Angola sendo um país multilingue, é mais provável que a adaptação que a norma se refere seja em língua oficial, mas isto não foi taxativamente estipulado. A ser assim, podemos considerar que mesmo uma adaptação feita numa das línguas angolanas não seria ilegal.

O legislador precisa de manter o mais amplo espaço de liberdade possível aos cidadãos em procurar, escolher ou mesmo criar os seus próprios nomes. No preâmbulo do diploma em referência diz-se que ainda não se estabeleceu uma lista onomástica genérica. A lei traça apenas o quadro geral para guiar os cidadãos a selecionarem os nomes dos seus gostos, num Estado laico, art. 10º da Constituição (Angola, 2010) e num mundo global, *globalização antroponímica*, desde que se cumpra com a função jurídica e social, própria, dos antroponimos.

À lei angolana da composição do nome compete indicar a língua e não a forma gráfica. A questão ortográfica é da competência da norma linguística e gramatical do antroponimo em questão. Castro, comentando sobre a lei da composição do nome do cidadão português, observou que

“quando a lei fala de “seis vocábulos gramaticais, simples ou compostos”, está a fundamentar-se em critérios linguísticos e remete para uma terminologia e para um plano de raciocínio que os linguistas reconhecem como seus; fazendo isso, a lei confia que a linguística disponha de certezas apropriadas à resolução do caso e lava daí as mãos. Teremos, portanto, de corresponder com doutrina: podemos limitar-nos a considerar os substantivos, visto que os antroponimos (neste caso os apelidos, ou nomes de família) pertencem a essa classe” (Castro, 2003, p. 10).

Portanto, em princípio, cabe aos linguistas tratar da (orto) grafia dos nomes.

### 3.3.1. Composição antroponímica no *corpus*

Os antroponimos que recolhemos e que estamos a analisar aparecem quase sempre combinados por ao menos duas línguas. A maior fatia vai para o português, talvez por ser a língua oficial. Pelo contrário, encontram-se nomes completos dos Vangangela e outras tribos, apenas em português. Nos nomes combinados, a sequência onomástica é quase invariavelmente a seguinte:

- a) Se forem apenas duas unidades antroponímicas: nome próprio em português, apelido em ngangela ou outra língua angolana. Ex. Bernardo Bango (27/2010) e António Hossi (26/2005).
- b) Ou, caso raro, nome próprio em ngangela ou outra língua e apelido em português. Ex. Cacuhu Helena (5-A/1969).
- c) Se forem três unidades: nome próprio composto em português e apelido em ngangela ou outra língua. Ex. Augusto Mário Cambinda (27/2010), ou: nome próprio composto em português e ngangela/outra língua e apelido em



ngangela/outra língua. Ex. Adelina Mutango Tchiyongo (13/2009), ou ainda nome próprio composto em português e ngangela/outra língua e apelido em português. Ex. Sabrina Chalula Júlio (10/2006).

- d) Se o nome completo constar de quatro vocábulos, pode ter a seguinte sequência: nome próprio composto em português e ngangela/outra língua e apelido composto em ngangela/outra língua. Benedito Muti Tchikuama Kahamba (53/2002). Ou nome próprio composto em português e apelido composto em ngangela/outra língua. Paixão Aurélio Massela Lihenga (LSN/2003).

Uma análise do *corpus* mostra que mais de 95% dos nomes próprios estão em português. De certeza que não é por acaso, algo deve ter dado origem a este fenómeno. Será que é mesmo gosto colectivo que preside a escolha de nomes nesta língua ou existe outra razão? Não é de lei preceituar uma coisa dessas e a conservatória não tem legitimidade para influenciar as pessoas neste sentido. Se algo disso ocorreu, é tempo de inverter a situação. Um fenómeno análogo foi observado na antroponímia timorense por Feijó, mas as causas residem na influência religiosa.

“De qualquer forma, o uso de nomes “em língua portuguesa” pode ser considerado como esmagadoramente dominante em Timor-Leste a partir da década de 1980, pelo menos até à data da independência, e é um elemento que se situa bem para lá da capacidade dos indivíduos se exprimirem, mesmo que modestamente, em língua portuguesa. A prática quotidiana da vida em Timor ensina-nos rapidamente que não é por um indivíduo se chamar João ou Maria, Afonso ou Susana, que saberá entender uma única frase de português corrente ou exprimir uma ideia básica nessa língua” (Feijó, 2008, p. 76).

De facto, na generalidade, podemos afirmar que a antroponímia do Cuando Cubango se revela uma mistura de línguas com predominância para o português e o ngangela, tal como revela a análise do *corpus*. João é o antropónimo que lidera a lista com 21% a seguir a Cambinda e José com 20% de frequência cada. A variação reside apenas no nome próprio e apelido compostos, que oscilam entre o português e o ngangela ou o português e uma outra língua.

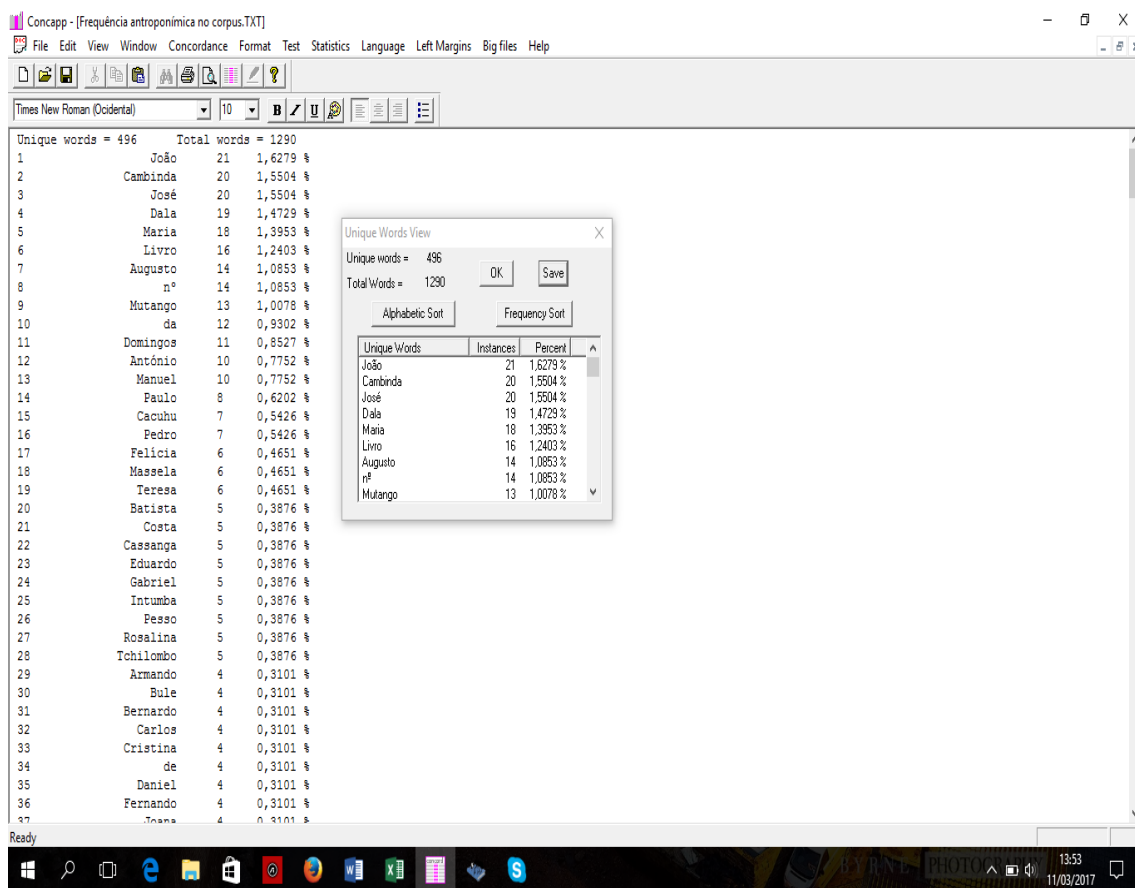


Ilustração 2. Frequência antroponímica no *corpus*

### 3.4. Nomes próprios e apelidos do *corpus* e a cultura Vangangela

A atribuição do nome pessoal é uma prática linguística, cultural e um reflexo do contexto. A cultura Vangangela está ligada à agricultura, à caça, à pesca, à religião. Mesmo nos nossos dias, a maioria esmagadora da população ainda mantém este costume ancestral. Muitos dos nomes pessoais são inspirados nesta cultura campestre e simbólica. Por outro lado, o povo Vangangela é rico em ritos, presentes no momento em que alguém vem ao mundo, na iniciação dos meninos e das meninas, no acto do casamento, na procura da saúde, na entronização do rei/soba e mesmo na sepultura dos defuntos. Todas estas práticas condicionam de certa maneira a atribuição do nome ao indivíduo.

Na língua e cultura Vangangela, os critérios para a atribuição do nome pessoal podiam ser classificados em duas categorias essenciais. A primeira é de ordem genealógica, e tem como pano de fundo o sexo e o lugar que o indivíduo ocupa ao nascer no seio da sua família. A segunda resulta das circunstâncias que envolvem o período desde a concepção até ao nascimento do indivíduo. A relevância das circunstâncias pode

ser social ou apenas familiar, como acontece com todos os povos do mundo. Sabe-se que os critérios para a atribuição de nomes diferem de povo para povo e de língua para língua. A título exemplificativo, “a prática Umbundu de dar nomes está estritamente ligada ao seu sistema de parentesco” (Chimbinda, 2009, p. 37).

Em relação à primeira categoria denominativa que é, praticamente, de natureza classificatória, temos a seguinte sequência antroponímica (Menongue, s. d., p. 77):

Meninos	Meninas
1º Ndala	1ª Intumba [Nthumba ou Nhama]
2º Kambinda [ou Ntsandala]	2ª Mutango
3º Ntyamba [ou Ntsamba]	3ª Kakuhu
4º Kassanga	4ª Mbaku
5º Kativa	5ª Kassongo
6º Ntyiakativa	6ª Mbaka
7º Ntyakassanga	7ª Mbakakuhu
	8ª Mbakassongo

Tabela 1. Nomenclatura Ngangela segundo a ordem genealógica.

Esta classificação sofre uma ligeira alteração se o casal tiver de seguida três meninos e depois destes aparecer uma menina. A menina chamar-se-á Kalumbu, ao invés de Inthumba. Esta sequência também se interrompe no caso de gémeos. Se os gémeos forem todos meninos, recebem nomes como (Menongue, s. d., p. 79):

Primeiro	Segundo
Ndumba	Ingue
Tchilunda	Munthomba

Tabela 2. Nomenclatura genealógica de gémeos Ngangela, quando todos são meninos.

Se a família tiver mais gémeos e ambos forem rapazes, recebem os nomes de “Tchisingo e Lumeta” (Victória, 2016), primeiro e segundo respectivamente. Ainda sobre os gémeos, se forem um casal, recebem nomes como: Ndjamba (menino/elefante) e

Ngeve (menina/hipopótamo) (Victória, 2016). Como é sabido, a vida tem altos e baixos, momentos bons e outros maus. Nem sempre as pessoas sobrevivem além da infância, sobretudo em países em via de desenvolvimento como os nossos, e pode acontecer também com os gémeos. Se por qualquer desgraça falecer o rapaz antes de se completarem três meses, ela chamar-se-á Kahalu e se acontecer com a menina, o rapaz receberá o nome de Kanhangá, metaforicamente separado (a).

Se ambas forem meninas chamar-se-ão: Tchikulu e Katavu (Victória, 2016), primeira e segunda respectivamente. Quem vem depois dos gémeos recebe o nome de Kahuti (Victória, 2016), quer seja uma menina, quer seja um menino.

Um sistema antroponímico como este é pobre e limitativo demais para satisfazer as necessidades distintivas das pessoas na comunidade, na medida em que cria muitas homónimas entre indivíduos que não são parentes, prejudicando desta forma a sua função identificadora. Como um nome tem vários portadores, acabaria por confundi-los em vez de diferenciá-los. Por isso, em ngangela, para identificar uma Mutango de família A, da Mutango de família B, usa-se o patronímico. Assim, “por exemplo, Mutango Kambinda, quer dizer, a Mutango, filha de Kambinda” (Menongue, s. d., p. 77). Apesar de serem relativamente poucos, os nomes do sistema antroponímico-classificatório em ngangela, “nunca podem ser repetidos. Se Ndala ou Mutango morrerem, por efeito do aborto, por exemplo, os filhos que nascerem a seguir a eles serão Kambinda e Kakuhu” (Menongue, s. d., p. 77) respectivamente.

A primeira categoria antroponímica e classificatória ngangela está longe de esgotar e de responder cabalmente a necessidade designativa dos membros dessa comunidade linguística. Por isso, muitas vezes os pais não seguem a ordem genealógica em que os seus filhos nascem ao atribuir-lhes os nomes. Além do gosto pessoal dos pais, é bastante comum na língua e cultura Vangangela homenagearem-se parentes, vivos ou defuntos, amigos e mesmo pessoas famosas, isto desde os tempos mais remotos. Normalmente quem nomeia o primeiro filho é o pai, o segundo a mãe e vai-se alternando sucessivamente. Assim, aquela sequência antroponomástica quase que desaparece e os filhos são chamados com os nomes das pessoas homenageadas, o que vulgarmente se designa por *xará*.

Encontramos por isso em ngangela, nomes circunstanciais cujos titulares não nasceram nas circunstâncias que o nome indica, porque receberam-nos em homenagem a um outro que nascera em tais circunstâncias.

É importante referir, também, que o sistema antroponímico classificatório Ngangela, apesar de ser limitativo, não só permite como facilita a identificação de sexo e de lugar que cada pessoa ocupa no seio familiar. É um sistema simples, funcional e preciso. Pelo contrário, os antropónimos circunstanciais e os modernos são complexos e nem sempre é fácil descobrir se é masculino ou feminino.

O outro critério usado para atribuir os nomes resulta do contexto, um contexto que parte da procura, concepção e nascimento da criança. À semelhança de muitos povos<sup>31</sup>, os Vangangela são sensíveis às circunstâncias que envolvem a concepção e o nascimento de um ser humano, influenciando sobremaneira a denominação do indivíduo que surge neste contexto.

Na verdade, “O nome é uma mensagem e não uma simples etiqueta posta sobre a cabeça do indivíduo. E esta mensagem tem um sentido que convém captar e compreender” (Yambo, 2003, p. 29). Tais circunstâncias são de natureza e relevância diversificadas. A inundação ou a seca, a guerra ou a paz, a fome ou abundância são acontecimentos socialmente relevantes. A morte de um membro da família<sup>32</sup> particularmente importante, um parto deveras difícil, um nascimento anormal ‘aparecer com os pés’ por exemplo, uma gravidez atribulada, precedida por muito tratamento, crianças que perderam a mãe durante o parto ou o pai durante a gestação, entre outros acontecimentos que podem afectar positiva ou negativamente a gestante ou os pais da criança, são dignos de consideração na hora de se atribuir o nome à nova criatura.

Nomes como: Masozi (lágrimas), Kaiando (miséria), Lamba (sofrimento), Ndzita (guerra), Kavindama (que não é, não será azarado), Katie (não é ele), Tchihili

---

<sup>31</sup> O professor Yambo que estudou a antroponímia umbundu, língua contígua ao ngangela, elenca 7 circunstâncias que orientam a escolha do nome. Destas, a 6ª circunstância está ligada ao nascimento, a 7ª trata da coincidência com acontecimentos sociais (viagens, prisões, falecimentos, festas, etc.) e a 8ª relata a relação do nome próprio da criança com o falecimento dos seus antecessores. (Yambo, 2003, pp. 23-24). Uma coisa semelhante notara Vasconcellos ao estudar as razões da escolha do nome próprio. Entre as várias motivações figuram: as razões religiosas, devoção particular, razão de família ou amizade, razão política, razões de arbítrio, superstição, fantasia, moda, gosto, patriotismo local, etc. (Vasconcellos, 1928, pp. 82-94). Se bem que sejam línguas e culturas diferentes, tanto Yambo, quanto Vasconcellos ao falarem dos motivos que levam à atribuição do nome partem do momento do nascimento. Na língua e cultura vangangela, pelo contrário, as circunstâncias remontam ao tempo da concepção.

<sup>32</sup> Família entendida em sentido lato.

(literalmente do inverso: que nasceu com os pés), Vusiua (nostalgia de um ente querido defunto) (Dumba & Mandandi, 2016) entre tantos outros, são um claro reflexo da força das circunstâncias em que os portadores destes nomes nasceram.

### 3.4.1. A iniciação dos meninos e das meninas

Além das circunstâncias fortuitas, existem outras previsíveis como a iniciação<sup>33</sup> masculina e feminina, acontecimentos durante os quais se atribui também um nome aos adolescentes. Estes ritos estão intimamente ligados à inserção das novas gerações às práticas culturais e à fase adulta no seio da comunidade Vangangela.

“A prova de iniciação dos rapazes é mais longa e complexa: constitui uma verdadeira «escola de vida», onde os jovens são ensinados e aprendem tudo o que diga respeito à cultura, à sociedade, às técnicas, à história da etnia, etc. Os rapazes são submetidos a um conjunto de provas e ritos de separação, de margem, de iniciação e de integração. Normalmente, a maior parte destes ritos, tem lugar na floresta, em sítios resguardados de olhos de estranhos e das mulheres” (Lima, 1983, p. 59).

Por ocasião da circuncisão, os rapazes escolhiam nomes para si próprios. Era o segundo nome, a seguir ao que tinham recebido após o nascimento. E o mesmo sucedia com as meninas aquando da sua iniciação. Estes eventos marcavam um dos momentos altos da vida individual e sociocultural dos membros da comunidade Vangangela. Pela sua relevância, as pessoas que eram iniciadas recebiam novos nomes, pelos quais “serão sempre conhecidos no futuro, entre os [membros] da sua tribo. É [quase] sempre um nome de um avô falecido, ou de um outro antepassado muito honrado na família” (Menongue, s. d., p. 82). Os rapazes podiam também escolher nomes que indicam bravura no combate com pessoas ou animais, perícia em alguma profissão ou sabedoria de vida (Kambinda, 2016) (Cangandzi, 2016).

---

<sup>33</sup> Preferimos usar o termo iniciação e não circuncisão porque o acto da iniciação não se limita a uma simples cirurgia, antes envolve muitos ensinamentos culturais do povo vangangela para o adolescente se inserir na vida adulta da comunidade. O mesmo sucede com as meninas. “As raparigas ficam iniciadas e adquirem não só os direitos da tribo, mas também as obrigações de mulheres ganguelas, pelas cerimónias rituais a que se submetem na festa da iniciação, ou seja, na festa da puberdade” (Menongue, s. d., p. 97). Trata-se, na verdade, de uma escola de vida cultural.

### 3.4.2. O nascimento do primeiro filho

A par da iniciação, era comum entre os pais Vangangela receberem nomes característicos da paternidade e maternidade com o nascimento do primeiro filho (Katumbela, Cassanga, & Angelino, 2016). Os tecnónimos<sup>34</sup> são formados pelos prefixos “[sa] ou [isa]”<sup>35</sup> antepostos ao nome do filho, para designar o nome do pai e [nha] ou [ina], para designar o da mãe. Deste modo, não havendo circunstâncias anormais e se os pais não tiverem atribuído outro nome ao primeiro filho, ele chamar-se-á Ndala. O pai de Ndala chamar-se-á Sandala ou Isandala e a mãe, de Nhandala ou Inandala. Se o primeiro filho falecer em tenra idade, os pais mudam de denominação para receberem o nome do segundo filho. Hoje em dia, por causa da modernidade e da globalização, estes nomes desapareceram ou caíram em desuso pura e simplesmente.

Se aqueles nomes sumiram, surgiram outros, dado que a língua e a sociedade são organismos vivos. Os novos nomes são hipocorísticos resultantes da onomástica classificatória. Não fazem parte dos documentos oficiais, por serem nomes afectivos. São vigorosos nas casas e nos bairros em que os indivíduos vivem em ambiente familiar, de amizade e vizinhança. Os novos nomes são formados pela base ngangela e sufixo português. Encontram-se assim muitos Ndalitos, resultante de Ndala + o sufixo português *ito*. Ou as Mutanguinhas, de Mutango e sufixo português *inha*, Ntsambitos e Kasanguitos, bem como Mbakinhas e Kasonguinhas. Fenómeno análogo é o descrito por Yambo, quando se referia

“a possibilidade que os africanos têm de criar nomes compostos que tanto podem ser utilizados em casa como noutras circunstâncias que exijam reduções de nomes compridos, por exemplo: FACAYA é um nome composto com as primeiras sílabas dos seguintes nomes: FÁTIMA CAMUJI YAMBO” (Yambo, 2003, p. 25).

O nome neste processo é um acrónimo. Tanto os tecnónimos como os hipocorísticos são formados por afixos. Os primeiros por prefixos e os segundos tanto por sufixos como por prefixos. Quanto aos neónimos formados pelo processo de aglutinação e pela acronímia, estamos perante uma nova realidade que têm pouco ou nada a ver com

---

<sup>34</sup> Na sua principal acepção, o termo indica uma palavra ou expressão usada numa área técnica ou tecnológica (tecnicismo). Nós usamos *tecnónimo* no sentido da designação de uma pessoa pelo nome do (a) seu/sua filho (a). Tal como aparece definido em *Caldas Aulete*: <http://www.aulete.com.br/tecn%C3%B4nimo>.

<sup>35</sup> Usamos adversativa por causa da variedade Ngangela. Por exemplo, os do Cuito Cuanavale geralmente usam o prefixo [sa] e os do Cuchi, [isa]. Do mesmo modo, os primeiros usam [nha], e os segundos [ina] respectivamente.

a tradição antroponímica Vangangela e das demais línguas angolanas. É um claro sinal da inovação e enriquecimento do património antroponímico provincial.

Por outro, a par dos tecnónimos e hipocorísticos, nos últimos tempos, não são poucos, os que motivados pela globalização ou pela moda, preferem nomes insólitos<sup>36</sup> a tradicionais, como símbolo de progresso e de originalidade. Ex. Freuli (10/2006).

“Aunque fenómeno social global, la adopción de nombres acusadamente diferentes de los propios del acervo tradicional o histórico, el abandono de los distintivos del grupo familiar, la búsqueda de la originalidad y la preferencia hacia nombres o tipos de nombres en boga no se registra de un modo uniforme, pudiendo manifestar diferencias según los distintos grupos culturales y sociales” (Alfín, 2014, pp. 141-142).

A sociedade evolui. A estratificação social, o nível de formação académica, a convivência interétnica e interlinguística pacífica ou conflituosa, são entre outras, as causas que influenciam a selecção e atribuição do nome pessoal. Por exemplo, quanto mais harmonia houver na convivência, maior será o intercâmbio antroponomástico. Se for tensa, maior será a rejeição e tendência para criar nomes distintos. A questão racial é outra. Por questões históricas ligadas à segregação racial, Alfín narra um episódio revelador:

“entre los diez nombres más comunes registrados para recién nacidos en Nueva York en 2009, ninguno de los impuestos a niñas del grupo étnico «negro no hispano» coincide con los preferidos en el grupo «blanco no hispano», y sólo son comunes dos de los nombres de chico preferidos en ambos grupos, con ordenes de preferências respectivos muy distintos” (Alfín, 2014, pp. 142-143).

No Cuando Cubango, ainda hoje, não falta quem não goste de nomes em português porque vê neles a língua do colonizador. Há vezes em que é difícil distinguir a história da língua e convencer as pessoas de que o português também é nossa língua. Até onde sabemos, a expressão *nossa língua*, quase que exclui o português. Por exemplo, se eu disser aos alunos que vamos felicitar o senhor governador em duas das *nossas línguas*, é quase raro aparecer alguém que o faça incluindo o português. Isto, porém, contrasta com a maioria, pois a partir do *corpus* em análise, vê-se facilmente que há muita preferência pela antroponímia portuguesa, mais do que se podia imaginar.

---

<sup>36</sup> Alfín observou que “en general, las mujeres de escasso nivel formativo tienden a elegir para sus hijos nombres nuevos en mayor proporción que las de nivel más alto” (Alfín, 2014, p. 144).



### 3.4.3. A religião

Entre os factores que influenciam a atribuição dos nomes no Cuando Cubango, se devem incluir a experiência religiosa. Tal como os demais angolanos, muitos habitantes desta província professam o cristianismo. A religião cristã, quase por toda a parte, influencia os seus fiéis a terem nomes das pessoas que se notabilizaram na santidade. A influência religiosa, sobretudo cristã e católica<sup>37</sup>, contribuiu notoriamente para a onomástica Ngangela e do Cuando Cubango em geral. Muitos têm nomes de santos, de profetas ou mesmo de divindades. Como se sabe, o repertório onomástico cristão é muito vasto e rico, ainda que tenda a ser cada vez menos utilizado.

No nosso *corpus* temos exemplos como: José Ernesto Lecomte<sup>38</sup> (11/2008), Armando de Queirós<sup>39</sup> (10/2006), além de uma infinidade de nomes como Maria, João, Trindade, da Conceição, Paulo, Domingos, entre outros hagiónimos.

### 3.4.4. As alcunhas

Tal como os outros povos, os Vangangela têm alcunhas, atributos individuais que os identificam na sociedade. As alcunhas são, geralmente, resultantes das características físicas, morais ou profissionais dos indivíduos e expressas em formas metafóricas e metonímicas. Para Naideia Nunes,

“As alcunhas podem ser grosseiras, cómicas, sérias ou descritivas. São principalmente nomes trocistas ou jocosos que descrevem de forma caricatural particularidades físicas e morais das pessoas ou mesmo aspetos relacionais, podendo ser nomes ocasionais usados apenas num determinado grupo ou contexto, ou nomes localizados, que se prendem a uma atividade ou a determinadas relações interpessoais, com implicações sociais de familiaridade, igualitarismo ou subalternidade” (Nunes, 2016).

Vasconcellos considera que as alcunhas portuguesas têm mais feição zombeteira e raramente honrosa (Vasconcellos, 1928, p. 178). O ambiente rural e popular é o mais fecundo em alcunhas. As alcunhas funcionam como segundo nome e às vezes suplantam-no. Os epítetos podem revestir-se de significados vários: pejorativo, irónico, às vezes

---

<sup>37</sup> O cânone 855 preceitua que “procurem os pais, os padrinhos e o pároco que não se imponham nomes alheios ao sentido cristão” (Paulo II, 1983).

<sup>38</sup> Clara alusão ao grande e incansável missionário da Igreja Católica, Pe. Ernesto Lecomte, que evangelizou aquelas terras.

<sup>39</sup> Alusão a Dom Queirós? Na verdade, Dom José de Queirós Alves foi bispo de Menongue nos anos de 1986-2005.

obscuro e podem até mesmo chegar a ser obsceno e ofensivo. Partindo da carga semântica das alcunhas, deprimente ou graciosa, é possível aferir a bondade ou maldade de um povo. Por exemplo, o famoso General *Lituzi*<sup>40</sup> (grandes fezes) das ex-FALA que combateu no Cuando Cubango, era assim conhecido e não pelo seu *verdadeiro* nome. O senhor Maseka Kaunda, da comuna do Longa era carinhosamente conhecido por *Lisulu* (homem que tem muita estima ‘pelas pessoas’). Um dos jornalistas da Rádio Cuando Cubango, passou a ser mais conhecido por *Kanthiatia*<sup>41</sup> (passarinho).

Em criança conhecemos dois meninos. Um sofria de uma doença que invalidou uma das suas pernas. O outro nasceu com seis dedos numa das mãos. Ambas as crianças eram alcunhadas de *Kakono* (perninha) e *Minhe* (dedos) respectivamente. Havia ainda um certo senhor que era pouco regrado no consumo de álcool e passava de casa em casa a procura de bebida. Isto valeu-lhe a alcunha de *Ndoka* (cabaça de hidromel). Por isso, Naideia (Nunes, 2016) dirá “que as alcunhas são os antropónimos que melhor expressam ou traduzem a relação entre a língua e a sociedade”. Tanto as alcunhas como os hipocorísticos não são pseudónimos em relação ao nome oficial, mas nomes afectivos.

Dito isto, pode compreender-se como certos antropónimos em Ngangela não são os mais adequados para servir de apelidos. É o caso dos nomes que indicam a ordem genealógica, como Ndala, Kambinda, Inthumba, Mutango e assim por diante<sup>42</sup>. Um indivíduo que tenha por exemplo um nome como: Severino Cambinda Dala (1/2001), para nós não teria apelido.

No caso acima referido, Dala, apesar de estar na posição de apelido, seguindo a contagem de vocábulos gramaticais estipulados pela lei angolana sobre a composição do nome, é na verdade apenas um nome próprio.

Se tivermos em conta o costume e a tradição dos Vangangela, na posição em que está o nome Dala, à direita de “Cambinda”, é para indicar a paternidade de “Cambinda” (segundogénito). Para distingui-lo de outros Cambinda, filhos de outras pessoas. Dir-se-

---

<sup>40</sup> À volta deste epíteto existe um provérbio Ngangela que diz: “Lituzi lia kuli nhena, mu Kalunga mua ku li ila”, que equivale a: “As necessidades fisiológicas devem ser feitas pessoalmente, o mesmo para ir para Deus”.

<sup>41</sup> Associado ao provérbio: “Kanthiatia ka mu kumbekumbe, u mulie lika liove ku umwasa, mu mulie mu vavengi ku mu mwanha”. Equivalente a “passarinho de mu kumbekumbe se o comerer sozinho, não será capaz, se o partilhar com os outros não será suficiente”.

<sup>42</sup> Cfr. Sistema antroponímico Ngangela.

á que se é nome do pai, então é apelido, já que os apelidos são de diversas proveniências<sup>43</sup> e os nomes próprios dos progenitores são a fonte privilegiada. A verdade é que entre os Vangangela não temos famílias Ndala, Kambinda, Kasanga e por diante. Temos sim, famílias Vunonge, Vipanda, Mavaya, Malia. Aqueles nomes servem apenas para indicar a ordem genealógica no seio da família. O senhor Dala, tem outro nome próprio e apelido aos quais se podia adoptar como apelido para o seu filho “Kambinda”. Não os tendo, ter-se-ia recorrido ao apelido dos avôs paternos e maternos do registando.

Outra dificuldade é que nem sempre os avôs mereceram o registo, perdendo desta maneira uma das fontes denominativas da onomástica do registando. Ainda que tenham preferido pela onomástica classificatória, a verdade é que são tantos Kambinda, que seria vago ter um apelido de género.

Assim sendo, não será difícil perceber que um indivíduo com um nome como Afonso Cassanga (11/2008) ou Laura Mutango (13/2009), parece não ter apelido e são tantos os nomes com esta característica que constam do *corpus* que estamos a analisar.

Deparamo-nos ainda com o nome de Malilo Kanunga Vilombi ka Malilo (LSN/2004). O apelido Vilombi **ka** Malilo está a dizer que Vilombi é **filho de** Malilo, o que não é verdade, se formos a ver o nome dos pais da pessoa em causa de quem vieram os apelidos. Percebe-se que se queria escrever: Malilo Kanunga Vilombi **de** Malilo. Portanto, a junção de apelidos dos progenitores para formar o apelido do registando precisa de respeitar a língua e a tradição dos povos. Aquela composição de apelidos soa à portuguesa, algo estranho, ao menos, em Ngangela.

### 3.5. Análise lexicográfica de alguns antropónimos em Ngangela

Os antropónimos do *corpus* são de composição multilingue. Iremos analisar apenas 14 em Ngangela, grupo étnico Vangangela. Para o efeito foram feitas algumas entrevistas para se saber dos significados e motivações que normalmente guiam as pessoas na escolha dos nomes. No dia 25 de Agosto de 2016, pelas 14 horas, tivemos uma entrevista com a Senhora Victória Paulina<sup>44</sup> com quem tratamos da denominação dos

---

<sup>43</sup> Um apelido é um antropónimo como qualquer outro e pode ter origens várias, só que no nosso caso, a lei obriga que seja retirado de entre os apelidos da família.

<sup>44</sup> Uma das Agentes da promoção cultural de Menongue.

gémeos. No dia 29 de Agosto de 2016, pelas 15 horas, fomos ter com os senhores: Paulo Katumbela<sup>45</sup>, João Cassanga<sup>46</sup> e Oliveira Angelino Cassanga<sup>47</sup> com os quais procuramos abordar os significados dos antropónimos da variedade Ngangela do ‘Cuihi’. No dia 31 de Agosto de 2016, pelas 16 horas, tivemos uma outra entrevista com sua Majestade Senhor António Augusto Kambinda<sup>48</sup> com o qual procuramos conhecer o significado dos antropónimos Ngangela em *geral* e sobretudo daqueles relacionados com a realeza e como são atribuídos. No dia 2 de Setembro de 2016, pelas 10 horas, tivemos uma entrevista com sua Majestade Senhor Carlos Cangandzi<sup>49</sup> com quem tivemos a oportunidade de haurir o significado dos antropónimos Ngangela e da cultura do povo Vangangela. No dia 5 de Setembro de 2016, pelas 15:30 horas, tivemos uma entrevista com os senhores: Jeremias Dumba<sup>50</sup> e Simão Mandandi<sup>51</sup> com os quais procurámos aprender sobre o significado dos antropónimos da variedade Ngangela do ‘Cuito Cuanavale’.

Era preciso recorrer a essas pessoas, os mais velhos, para se saber sobre esta matéria. De resto, sabe-se que qualquer que seja a sofisticação dos meios tecnológicos ao dispor a análise humana será sempre necessária, visto que o computador não produz sentidos. Além disso, mantivemos também contactos com a Direcção Provincial da Cultura sobre as línguas faladas na província do Cuando Cubango. Segue-se a análise dos antropónimos seleccionados.

Antropónimo	Cahalo (44/1967)
Género	feminino
Significado	separada
Motivação	morte de um dos gémeos
Fonte	Victória
Variantes gráficas	Cahalo, Kahalo
Etimologia	do verbo ‘kuhaluka’ (separar-se)
Proposta de harmonização	Kahalu

<sup>45</sup> Regedor do Bairro Saúde em Menongue.

<sup>46</sup> Professor reformado e Agente Cultural da província do Cuando Cubango.

<sup>47</sup> Professor e Catequista Geral do Bairro Saúde em Menongue.

<sup>48</sup> Mwene Vunonge (literalmente Rei Menongue), rei do município de Menongue.

<sup>49</sup> Mwene Mukuva V, rei do município do Cuchi

<sup>50</sup> Catequista Geral do Bairro Novo em Menongue.

<sup>51</sup> Catequista do Bairro Novo em Menongue.

Transcrição fonética	[kʌ'hʌlɔ]
----------------------	-----------

Tabela 3. Ficha antroponímica n. 1.

Antropónimo	Calenga (11/2008)
Género	masculino
Significado	que se delicia; que está bem
Motivação	filho tanto desejado, tanto querido
Fonte	Dumba e Mandandi
Variantes gráficas	Calenga, Kalenga
Etimologia	do verbo 'kulenga' (deliciar-se; rejubilar)
Proposta de harmonização	Kalenga
Transcrição fonética	[kʌ'lengʌ]

Tabela 4. Ficha antroponímica n. 2.

Antropónimo	Camana (5-A/1969)
Género	feminino
Significado	que não termina ou termina em último lugar
Motivação	de parto difícil
Fonte	Dumba e Mandandi
Variantes gráficas	Camana, Kamana
Etimologia	do verbo 'kumana' (terminar; cessar)
Proposta de harmonização	Kamana
Transcrição fonética	[kʌ'mʌnʌ]

Tabela 5. Ficha antroponímica n. 3.

Antropónimo	Cassela (10/2006)
Género	masculino
Significado	cruzar-se com
Motivação	dá-se a meninos que nascem no momento em que falece um dos seus familiares
Fonte	Katumbela, Cassanga e Angelino
Variantes gráficas	Cassela, Kassela
Etimologia	do verbo 'kuliselakana' (cruzar-se)
Proposta de harmonização	Kasela
Transcrição fonética	[kʌ'selʌ]

Tabela 6. Ficha antroponímica n. 4.

Antropónimo	Cassendo (68/1966)
Género	masculino
Significado	Emissário; enviado do rei

Motivação	
Fonte	Cangandzi.
Variantes gráficas	Cassendo, Kassendo
Etimologia	
Proposta de harmonização	Kasendo
Transcrição fonética	[kʌ'sendɔ]

Tabela 7. Ficha antroponímica n. 5.

Antropónimo	Chilenda (1/2001)
Género	uniforme
Significado	preguiçoso (a)
Motivação	
Fonte	Katumbela, Cassanga e Angelino
Variantes gráficas	Chilenda, Tchilenda
Etimologia	
Proposta de harmonização	Tchilenda
Transcrição fonética	[tʃi'lendʌ]

Tabela 8. Ficha antroponímica n. 6.

Antropónimo	Chimboma (1/2001)
Género	masculino
Significado	grande jiboia
Motivação	
Fonte	Dumba e Mandandi.
Variantes gráficas	Chimboma, Tchimboma
Etimologia	junção do prefixo aumentativo ‘depreciativo’ ‘tchi’ + nome ‘mboma’ (jiboia)
Proposta de harmonização	Tchimboma
Transcrição fonética	[tʃi'mbɔmʌ]

Tabela 9. Ficha antroponímica n. 7.

Antropónimo	Chiuma (26/2005)
Género	uniforme
Significado	Coisa; algo
Motivação	desprezado; de pais considerados estéreis
Fonte	Dumba e Mandandi.
Variantes gráficas	Chuma, Tchuma
Etimologia	do verbo ‘kuma’ (secar) ou do verbo ‘kutchuma’ (ruído de algo)
Proposta de harmonização	Tchuma
Transcrição fonética	[tʃʊmʌ]

Tabela 10. Ficha antroponímica n. 8.

Antropónimo	Dumba (10/2006)
Género	masculino
Significado	leão
Motivação	primeiro dos gémeos; valente
Fonte	Katumbela, Cassanga e Angelino.
Variantes gráficas	Ndumba (LSN/2004)
Etimologia	
Proposta de harmonização	Ndumba
Transcrição fonética	['ndomba]

Tabela 11. Ficha antroponímica n. 9.

Antropónimo	Kassueka (LSN/2004)
Género	uniforme
Significado	que esconde
Motivação	que indicia infidelidade ou vergonha
Fonte	Dumba e Mandandi.
Variantes gráficas	Cassueca, Kassueka
Etimologia	do verbo 'kusueka' (esconder)
Proposta de harmonização	Kasueka
Transcrição fonética	[kʌ'suekʌ]

Tabela 12. Ficha antroponímica n. 10.

Antropónimo	Kavavo (13/2009)
Género	masculino
Significado	um frio invernal típico que queima as plantas
Motivação	Forte; valente
Fonte	Dumba e Mandandi.
Variantes gráficas	Cavavo, Kavavo
Etimologia	do verbo 'kuvavula' (queimar levemente ou queimar os pêlos)
Proposta de harmonização	Kavavu
Transcrição fonética	[kʌ'vʌvʊ]

Tabela 13. Ficha antroponímica n. 11.

Antropónimo	Likumbi (LSN/2004)
Género	feminino
Significado	uma espécie de gafanhoto
Motivação	que nasceu no tempo em que houve muitos gafanhotos de género

Fonte	Dumba e Mandandi.
Variantes gráficas	Licumbe (5-A/1969), Licumbi
Etimologia	
Proposta de harmonização	Likumbi
Transcrição fonética	[lɪ'kɒmbɪ]

Tabela 14. Ficha antroponímica n. 12.

Antropónimo	Lilunga (26/2005)
Género	masculino
Significado	grande Deus
Motivação	homenagem a Deus ou a homens
Fonte	Katumela, Cassanga e Angelino.
Variantes gráficas	
Etimologia	
Proposta de harmonização	Lilunga
Transcrição fonética	[lɪ'longʌ]

Tabela 15. Ficha antroponímica n. 13.

Antropónimo	Tchihinga (LSN/2004)
Género	masculino
Significado	Sucessor; herdeiro
Motivação	ter nascido no momento em que faleceu um dos seus parentes
Fonte	Dumba e Mandandi.
Variantes gráficas	Chihinga, Tchihinga
Etimologia	do verbo 'kuhinga' (suceder; herdar)
Proposta de harmonização	Tchihinga
Transcrição fonética	[tʃɪ'hɪŋɐ]

Tabela 16. Ficha antroponímica n. 14.

### 3.5.1. Variação gráfica no *corpus* antroponímico

Tal como a língua, assim também as suas unidades, de entre elas os antropónimos estão sujeitas à variação. O fenómeno da variação gráfica na língua Ngangela é tão patente que até o próprio glossónimo Ngangela carece de estabilidade, isto é, oscila entre



*Ngangela* e *Ganguela* na sua representação gráfica. O que gera dúvidas na mente de quem escreve e não menos na de quem lê.

De facto, é urgente encontrar uma solução para este problema para garantir certeza ortográfica naquela língua. A correcta representação gráfica, a ortografia, muito depende da gramática (descritiva e normativa) da língua em questão e *Ngangela* ainda não é uma língua estudada. Existem investigações nesta vertente, mas ainda há muito por se fazer. Por isso, a variação gráfica dos antropónimos em *ngangela* precisa de ser vista nesta óptica.

Devido à gritante carência de estudos em *Ngangela*, quem redige os antropónimos nesta língua tende a escrevê-los com o sistema linguístico português, sobretudo, por ser a língua que as pessoas mais conhecem e porque conta com a instituição académica. Inerente a isto, está o facto de existirem alguns alfabetos aprovados<sup>52</sup> das línguas angolanas de origem africana, e como *Ngangela* também é uma das línguas bantu, os que escrevem em *Ngangela* inspiram-se naqueles alfabetos e por analogia redigem, o que nem sempre funciona. Estes factores pesam sobre a grafia dos antropónimos em *Ngangela*. Pois, uma representação gráfica feita nestes moldes, não só corre o risco de ser arbitrária como cria variação pela incerteza.

Esta é uma das causas que pode explicar a maneira como são grafados os antropónimos do *corpus* que estamos a analisar. Por exemplo, encontramos unidades antroponímicas como: **Dala** (10/2006) e **Ndala** (27/2010). **Cativa** (LSN/2003) e **Kativa** (LSN/2004). **Chimboma** (1/2001) e **Tchikuama** (53/2002). **Cassanga** (44/67) e **Kassanga** (5/2000). **Ndumba** (LSN/2004) e **Dumba** (10/2006). Além disso, em relação à grafia, nota-se que houve a supressão das consoantes iniciais como /n/ em **Dala** ou **Guvulo** (68/1966), a duplicação da consoante /s/ em nomes como **Cassanga** ou **Cassela** (10/2006), a substituição da consoante inicial /k/ por /c/; como em **Cambinda** ou **Calenga** (11/2008); a substituição do /u/ final por /o/, como em **Kavavo** (13/2009); a substituição da consoante /l/ por /r/ como em **Nandereto** (5-A/1969); a substituição da sílaba /ke/ por /que/, como em **Livuque** (44/1967); a substituição da consoante inicial /v/ por /b/, como em **Bipanda** (1-A/1968); o acrescentamento da vogal /u/ ao dígrafo da sílaba /nge/, como em **Ngueve**

---

<sup>52</sup> A Resolução n. 3/87 de 23 de Maio do Conselho de Ministros angolanos, (Diário da República, I Série n. 41) aprovou a título experimental os alfabetos das línguas: Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Oxikwanyama. [http://www.embaixadadeangola.org/cultura/linguas/set\\_inac.html](http://www.embaixadadeangola.org/cultura/linguas/set_inac.html) O alfabeto em *Ngangela* ainda não foi aprovado. Neste trabalho, servimo-nos da *Gramática Ngangela* da Irmã Tyimuma (Tyimuma, 2009) e da *Morfologia e Sintaxe do Ngangela* de Ntongo (Ntongo, 2006).

(LSN/2004) entre outros casos. Fez-se toda uma operação para alterar certas formas gráficas de maneira a adequá-las ao português. Observou-se igualmente uma tentativa de adaptação dos nomes portugueses para as línguas angolanas de origem bantu. É o caso de **Caterça** (1/1970). Com a adição do prefixo /ca/, a indicar a noção de diminutivo.

Nota-se, apesar da desproporção, um encontro entre as línguas e o modo como estão a interagir. De facto, todo este processo de adaptação das línguas, sobretudo (Ngangela/Português) produziu novas palavras, renovando e enriquecendo deste modo o (s) seu (s) respectivo (s) léxico (s). A respeito disso, um estudo conduzido por Lino sobre neologia, deu-se conta que

“a Língua Portuguesa não cessa de evoluir, nos vários espaços lusófonos, onde coabita com outros tipos de línguas. Os critérios de identificação dos fenómenos de neologia, tradicionalmente aceites, são insuficientes para dar conta desta nova realidade” (Lino, Chicuna, Grôz, & Medina, 2010, p. 188).

Sabe-se, entretanto que em Ngangela as consoantes /d/ e /g/ são quase sempre precedidas de /n/, tanto em posição inicial como média. A consoante /c/ e o dígrafo /qu/ portugueses, são representados por /k/<sup>53</sup>. A consoante /g/ não forma dígrafo como em português /gu/. Geralmente em Ngangela não se dobram consoantes. O fonema [ss] é representado por /s/, mesmo intervocálico. Não se usa o diacrítico para sinalizar a sílaba tónica<sup>54</sup>. As vogais são geralmente abertas e orais, tanto no princípio, no meio ou no final da palavra. Antropónimos como Intumba (LSN/2004), Vitonde (5-A/1969), Pulo (5-A/1969) e Chinjengue (68/1966), a nosso ver, não foram bem representados graficamente. Para Intumba, a segunda sílaba, /ntu/, é aspirada. No seu estudo, Baião notara que em ngangela “as vogais são fortemente aspiradas quando precedidas do H” (Baião, 1938, p. 18) e dava como exemplos: hano (aqui), hantsi (no chão). Por isso, achamos que a melhor

---

<sup>53</sup> O mesmo fenómeno verificou-se com o Kiyombe, (Chicuna, 2015, p. 98).

<sup>54</sup> “Na Ortografia Ngangela não há acentos. Há sílabas longas e breves. Portanto, trata-se de tonalidades e não de acentuação” (Tyimuma, 2009, p. 17). Contrariamente a esta ideia, Fernandes e Ntongo consideram que a tonalidade precisa de ser sinalizada diacriticamente. “O tom alto, grafado com um acento agudo (´); o tom baixo, grafado com um acento grave (˘). Por outro lado, temos o tom complexo, grafado da seguinte forma: (˘) (ˆ). Este tom é usado nas línguas nas quais predominam as vogais longas” (Fernandes & Ntongo, 2002, pp. 86-87). E dão os seguintes exemplos: ‘mphémbe’ e ‘vipôke’. O negrito é nosso. Deve ter sido uma boa ideia. Por outro, marcar as diversas tonalidades em ngangela com diacríticos de todo o tipo, fará com que a escrita nesta língua seja apanágio de poucos. Para os não especialistas, será um pesadelo imaginar os acentos gráficos, já que uma palavra pode ser grafada com mais de um. Se para redigir os dígrafos, sobretudo prefixais, temos tanta variação, imagino quando se exigir a aposição de diacríticos. Será um verdadeiro caos e não teremos certeza de quase nada. Até lá, cremos que a língua terá outra fisionomia a nível académico.

representação gráfica daquela unidade antroponímica seja **Inthumba**<sup>55</sup>. O mesmo vale para **Vitonthe**.

Pulo, tal como está, não diz nada em ngangela. Na verdade, *Pulo* é um antropónimo ngangela cuja semântica em português seria *búfalo* e está longe de ser uma forma do verbo pular. A nosso ver, a primeira sílaba, /Pu/, não ficou bem representada graficamente. Consideramos que a melhor forma de grafar esta sílaba é a que foi usada por Ntongo quando grafava: **mphémbe** (cabra) e **kamphukumphúku** (morcego)<sup>56</sup>. Por isso, podemos redigir aquele antropónimo assim: **Mphulu**.

Quanto ao antropónimo Chinjengue, a grafia da primeira sílaba, /chi/, vai ser tratada já em seguida. A última /ngue/ já foi abordada, falta agora tratar da penúltima sílaba: /nje/. Pe. Lilunga, a respeito, dizia que

“pospondo ao “nd” um “y” obtém-se o valor de “j” português, pronunciado numa emissão de voz muito forte, soltando ao mesmo tempo a língua ao paladar, assemelhando-se ao “ndja” mbundu, mas mais fraco, [...] ndyi, ndyo, ndyu” (Lilunga, 1981, p. 2).

E dava como exemplos: ndyala (fome), ndyekí (saco), ndyilya (eu como). Estamos mais propensos à representação gráfica de Ntongo, quando redigia “**índjivo**” (Ntongo, 2006, p. 40) e “**mukwendje/vakwendje**” (Ntongo, 2006, p. 61). Nesta linha de ideias, a grafia de Chinjengue seria: Tch**indjenge**.

Se boa parte da comunidade científica considera que a variação linguística é um sinal de vitalidade da língua, o mesmo não se pode dizer em relação à variação gráfica. A escrita tende a estabilizar o que se diz e a uniformizar a grafia. Saussure advogava a arbitrariedade do signo linguístico (significante e significado), mas não defendia a arbitrariedade entre o fonema e a sua representação gráfica no sistema linguístico. Daí que seja necessário conformar a grafia aos fonemas linguísticos para reproduzi-los o mais fiel possível e harmonizar as diversas formas gráficas de maneira a traduzir o sistema fonético e fonológico da língua. Isto, no entanto, não pode ser fruto do acaso, mas de formação. Os casos acima expostos revelam tal necessidade. Pois, tal procedimento não fomenta apenas a variação gráfica, como deturpa os antropónimos.

Deparamo-nos com nomes cujas sílabas contém o fonema [tʃ] e [ɲ]. Vale recordar que o fonema [tʃ] em ngangela é análogo ao do inglês em **cheese** [tʃi:z] e **watch** [wa:tʃ] e

<sup>55</sup> Aliás antes de nós, Ntongo grafou já este tipo de sílaba em ngangela deste modo “**nthúumba** ‘coxa’” (Ntongo, 2006, p. 41). O negrito é nosso.

<sup>56</sup> Pode ler-se em (Ntongo, 2006, pp. 41-42). O negrito é nosso.

ao do português do Brasil como em **tio** ['tʃiju] e **gente** ['gẽtʃi]. Hoje em dia temos uma variada representação gráfica daquele fonema. Uns representam-no por /c/ como em **cimbánda** (curandeiro) (Ntongo, 2006, p. 39), outros por /ch/ como em **Chimboma** (1/2001), outros ainda por /tch/ como em **Tchilombo** (53/2002), e ainda por /ty/ como em **tyimbanda** (o médico) (Baião, 1938, p. 17) e em **tyavu** (ponte) (Tyimuma, 2009, p. 22). Acreditamos que isto é discutível.

Tem-se dito que a representação gráfica é ambígua, na medida em que o mesmo fonema pode ser ortograficamente representado por grafemas distintos e o mesmo grafema pode representar sons diferentes (Mateus, Falé, & Freitas, 2005, p. 49). Apesar de ser difícil encontrar uma grafia biunívoca entre o fonema e o grafema, é possível encontrar uma representação gráfica coerente e racional. Por outro, a representação gráfica deve ser simples e clara, evitando complicações e arbitrariedade.

A representação gráfica dos símbolos fonéticos [tʃ] geralmente faz-se com as consoantes africadas. A natureza deste som em ngangela, requiere um dígrafo. É a junção das consoantes dos dois grupos (oclusivas e fricativas) e não apenas de um grupo que pode reproduzir fielmente o fonema que se pretende em ngangela. Ora, representar o fonema [tʃ] com apenas uma consoante, /c/, das oclusivas, sem nenhum diacrítico, cremos que é demasiado convencional. Se se adicionar qualquer diacrítico à consoante /c/, pode resultar numa grafia complicada. Ao que nos parece, a representação gráfica dos fonemas em ngangela tem sido feita seguindo a transcrição fonética, e a consoante /c/ avulsa, não representa tal grafia.

Por outro, grafando aquele fonema com a fricativa /ch/ ([ʃ]), faltaria uma oclusiva /t/. Redigindo-o com /ty/, a leitura que dele resulta é [tʃ] e não é isso que se pretende. A simples análise silábica mostra o inconveniente desta grafia. Por ex. em **tyina** ['tʃina] (buraco) e **tyana** ['tʃana] (chana). Ambas as palavras são dissilábicas. Tanto na primeira como na segunda, /ty/ já é uma sílaba, cuja leitura é [tʃ] e não [tʃi]; a adição da vogal /i/ à sílaba da primeira palavra, torna a sílaba longa: /tii/. Na segunda palavra, se à sílaba /ty/ se pospor /a/, resultará em /tja/ (cujo núcleo é um ditongo crescente). Ora, a diferença das duas palavras em ngangela está nas vogais fonológicas /i/ ([i]), na primeira e /a/ ([a]) na segunda ([tʃina] e [tʃana]) e não em segmentos vocálicos /ii/ ([yi]) e /ia/ ([ya]) ([tʃina] e [tʃana]). Na verdade, a vogal da sílaba que a grafia deve representar, é breve. Em nosso

entender, o problema não está no núcleo da sílaba e na respectiva vogal rimática, mas no ataque que lhe serve de suporte e lhe confere um som africado.

Todo o esforço neste sentido nunca será inútil, pois é nele que reside boa parte das razões que provocam e alimentam a variação gráfica. Fernando Pessoa dizia: “o que é preciso, para se ser compreendido quando se fala, é, pronunciar bem; o que é preciso, para ser compreendido quando se escreve, é grafar bem” (Pessoa, 1997, p. 58). Depois de ouvirmos a advertência de Pessoa, achamos que a grafia /tch/ ([tʃ]) seria a ideal. Se não a tivéssemos, podíamos propor como alternativa o dígrafo /tsh/ ([tʃ]).

O fonema [ɲ] em ngangela é semelhante ao do português como em **galinh**ha ou **ninh**ho. Na actual grafia ngangela este fonema apresenta basicamente duas variantes: /ny/ e /nh/. Uns grafam-no por /ny/ como em **ny**áli (cunhado/a) (Ntondo, 2006, p. 37) e em **many**anga ( vaidade) (Tyimuma, 2009, p. 11) e outros com /nh/ como em **Nh**ama (11/2008). Grafando aquele fonema nasal palatal [ɲ] por /ny/ cuja leitura é [nj], tem o mesmo procedimento de /ty/, cremos que esta grafia não representa o som ngangela, no caso em apreço. Já ouvi muitos a pronunciar o antropónimo Nhama com a grafia ‘Nyama’ como [ˈnjama] ao invés de [ˈnama] e acho que têm toda a razão. O núcleo da primeira sílaba em [ˈnama] é constituído por uma vogal e não por um ditongo, como aquela grafia induz. Do nosso ponto de vista, o fonema [ɲ] podia ser representado por /nh/, aliás, tal grafia é sobejamente conhecida por quase todos os que sabem escrever.

Não é a tendência de aportuguesar os fonemas Ngangela, como alguns pretendem insinuar, mas uma pretensão de aproximar a grafia aos fonemas da língua. Para nós, o dígrafo /nh/ seria o mais adequado. De resto, o art. 34º da DUDL estabelece que

“todos têm direito ao uso do seu antropónimo na sua própria língua e em todos os domínios de utilização, bem como a uma transcrição fonética para outro sistema gráfico, quando necessário, tão fiel quanto possível” (UNESCO, 1996).

Nesta tarefa não nos devemos esquecer que boa parte dos que leem e escrevem nas línguas angolanas partem do sistema linguístico português.

No mundo podem existir muitas línguas próximas do Ngangela, mas isto não pode induzir os especialistas e as autoridades a adoptar tal grafia que a maioria das pessoas não conhece. A grafia em Ngangela e noutras línguas angolanas, não pode descurar a realidade, sob pena de fracassar ou ser muito lenta a sua adopção.

### 3.5.2. Base de dados de antroponímia

Para registar os antroponímios recolhidos em Menongue (Província do Cuando Cuando) efectuámos uma primeira organização numa Base Excel.

No entanto, durante a investigação verificámos que seria mais importante uma organização em formato de Base de Dados Access que permite mais pesquisas sob diferentes tipos de filtros como por exemplo todos os nomes próprios e todos os apelidos por língua; podemos pesquisar as etimologias, os significados e a proposta de harmonização gráfica.

Ver as imagens das páginas seguintes:

Base de Dados Antropónimos de Angola : Base de Dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access

Ficheiro Base Criar Dados Externos Ferramentas da Base de Dados

Formulário Para inserir data

ID: 1

Língua 1: Português

Nome Próprio 1: Augusto Género 1: Masculino

Significado-NP1:

Variantes gráficas 1: Etimologia 1: Harmonização Gráfica

Língua 2: Português

Nome Próprio 2 Domingos Género 2:

Significado-NP2:

Variantes Gráficas 2: Etimologia 2: Harmonização Gráfica 2:

Língua 3: Ngangela

Significado-APL1: aquele que sai da sua aldeia para cidade e não volta mais

Apelido 1: Tchimbali Género 3: Masculino

Harmonização Gráfica Tchimbali

Variantes Gráficas 3: Chimbali Etimologia 3: Harmonização Gráfica 3:

Língua 4:

Significado-APL2:

Apelido 2: Género 4:

Harmonização Gráfica 4:

Variantes Gráficas 4: Etimologia 4:

Língua 5:

Significado-APL3:

Apelido 3: Género 5:

Harmonização Gráfica 5:

Variantes Gráficas 5: Etimologia 5:

Língua 6:

Significado-APL4:

Apelido 4: Género 6:

Harmonização Gráfica 6:

Variantes Gráficas 6: Etimologia 6:

Nota:

Angola

Registo: 1 de 85 Sem Filtro Procurar

Apelido 2

16:20 20/03/2017

Ilustração 3. Base de dados de antropónimos do Cuando Cubango n. 1.





Base de Dados Antropónimos de Angola : Base de Dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access

Ficheiro Base Criar Dados Externos Ferramentas da Base de Dados

Formulário Para inserir data

ID: 3

Língua 1: Português

Nome Próprio 1: António Género 1: Significado-NP1:

Variantes gráficas 1: Etimologia 1: Harmonização Gráfica 1:

Língua 2: Significado-NP2:

Nome Próprio 2 Género 2: Harmonização Gráfica 2:

Variantes Gráficas 2: Etimologia 2: Significado-APL1: Significa cabra do mato

Língua 3: Ngangela

Apelido 1: Mbambi Género 3: Uniforme Harmonização Gráfica 3: Mbambi

Variantes Gráficas 3: Bambi Etimologia 3: Harmonização Gráfica 4:

Língua 4: Significado-APL2:

Apelido 2: Género 4: Harmonização Gráfica 5:

Variante Gráfica 4: Etimologia 4: Significado-APL3:

Língua 5: Harmonização Gráfica 6:

Apelido 3: Género 5: Significado-APL4:

Variantes Gráficas 5: Etimologia 5: Harmonização Gráfica 6:

Língua 6: Significado-APL5:

Apelido 4: Género 6: Significado-APL6:

Variante Gráficas 6: Etimologia 6: Harmonização Gráfica 6:

Nota: Dá-se o nome de Mbambi às crianças, cujos irmãos precedentes faleceram.

Registo: 3 de 85

Apelido 2

16:22 20/03/2017

Ilustração 5. Base de dados de antropónimos do Cuando Cubango n. 3.

The screenshot displays the Microsoft Access application window titled "Base de Dados Antropónimos de Angola : Base de Dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access". The main area shows a form titled "Formulário Para inserir data". On the left, there is a vertical sidebar labeled "Painel de Navegação". The form contains several input fields organized into sections:

- ID:** A field containing the number "4".
- Língua 1:** A dropdown menu set to "Ngangela".
- Nome Próprio 1:** A text box containing "Kuliviana".
- Género 1:** A dropdown menu set to "Uniforme".
- Significado-NP1:** A text box containing "Significado: negar-se a si mesmo; declarar-se inocente".
- Variantes gráficas 1:** A text box containing "Kuliviana".
- Etimologia 1:** An empty text box.
- Harmonização Gráfica 1:** An empty text box.
- Língua 2:** An empty dropdown menu.
- Nome Próprio 2:** An empty text box.
- Género 2:** An empty dropdown menu.
- Significado-NP2:** An empty text box.
- Variantes Gráficas 2:** An empty text box.
- Etimologia 2:** An empty text box.
- Harmonização Gráfica 2:** An empty text box.
- Língua 3:** A dropdown menu set to "Ngangela".
- Apelido 1:** A text box containing "Cambala".
- Género 3:** A dropdown menu set to "Maculino".
- Significado-APL1:** A text box containing "Kambala significa pequena coisa alheia; o prefixo ka é um diminutivo que sigifica".
- Variantes Gráficas 3:** A text box containing "Kambala".
- Etimologia 3:** A text box containing "Vem de viambala que".
- Harmonização Gráfica 3:** A text box containing "Kambala".
- Língua 4:** An empty dropdown menu.
- Apelido 2:** An empty text box.
- Género 4:** An empty dropdown menu.
- Significado-APL2:** An empty text box.
- Variante Gráfica 4:** An empty text box.
- Etimologia 4:** An empty text box.
- Harmonização Gráfica 4:** An empty text box.
- Língua 5:** An empty dropdown menu.
- Apelido 3:** An empty text box.
- Género 5:** An empty dropdown menu.
- Significado-APL3:** An empty text box.
- Notas:** A large empty text area.
- Variantes Gráficas 5:** An empty text box.
- Etimologia 5:** An empty text box.
- Harmonização Gráfica 5:** An empty text box.
- Língua 6:** An empty dropdown menu.
- Apelido 4:** An empty text box.
- Género 6:** An empty dropdown menu.
- Significado-APL4:** An empty text box.
- Variantse Gráficas 6:** An empty text box.
- Etimologia 6:** An empty text box.
- Harmonização Gráfica 6:** An empty text box.

On the right side of the form, there is a map of Angola with its provinces labeled: Namibe, Kunene, Kunene Sul, Kunene Norte, Kunene Leste, Kunene Oeste, Kunene Centro, Kunene Sul, Kunene Norte, Kunene Leste, Kunene Oeste, Kunene Centro, Kunene Sul, Kunene Norte, Kunene Leste, Kunene Oeste, Kunene Centro. Below the map, there is a section titled "Angola" with a list of provinces: Kunene, Kunene Sul, Kunene Norte, Kunene Leste, Kunene Oeste, Kunene Centro, Kunene Sul, Kunene Norte, Kunene Leste, Kunene Oeste, Kunene Centro, Kunene Sul, Kunene Norte, Kunene Leste, Kunene Oeste, Kunene Centro. At the bottom of the screen, there is a taskbar with various icons and a system clock showing "16:23" and "20/03/2017".

Ilustração 6. Base de dados de antropónimos do Cuando Cubango n. 4.

## Conclusão

Estudar os antropónimos é uma forma de observar e descrever a língua e a cultura de um povo, no caso em apreço, da língua Ngangela e da cultura Vangangela. As motivações que levam a escolher o nome pessoal, a quantidade das unidades antroponímicas e o momento em que são atribuídas variam de povo para povo e de época para época. A nós interessava verificar a conformidade antroponímica com a lei e o costume, bem como as causas da variação gráfica e procurar em tudo isto, alguma harmonização.

A análise do corpus revelou-nos que alguns apelidos não são de origem familiar ou ao menos não derivam dos pais e avôs/avós. Notou-se igualmente que a conservatória nem sempre preencheu os campos onomásticos, sobretudo os ligados aos avôs, perdendo desta maneira uma das fontes da antroponímia do registado. De uma maneira geral, os apelidos são formados de forma binominal, sendo uma da parte paterna e outra da parte materna. Desta constatação concluiu-se que o maior número de vocábulos é requerido para o nome próprio e não para o apelido.

Em relação à cultura, parece que a Conservatória nem sempre conhece o costume e as tradições locais, o que levou a atribuir indiscriminadamente todo o tipo de nome como apelido. Mesmo que seja defensável o adágio: “o óptimo é inimigo do bom”, consideramos ainda que uma das melhores formas de prestar de serviço de registo, no Cuando Cubango, passe por ter cumulativamente o conhecimento sobre a lei, sobre a tradição do povo e sobre a ortografia na língua em que ocorre o antropónimo a registar, entre outros requisitos. Pois, os antropónimos do sistema genealógico classificatório Ngangela, não têm sido usados para indicar as famílias, mas apenas para indicar a ordem do nascimento no seio dela.

Em relação às causas da variação gráfica, detectou-se uma maior influência da língua Portuguesa e um esforço constante da conservatória em adaptar os antropónimos Ngangela para a grafia daquela língua. Quanto à influência de outras línguas angolanas de origem africana, ficou difícil provar a sua incidência. De facto, no *corpus* nem sequer aparecem os grafemas ‘c’ e ‘ny’ para grafar /tch/ ou /ch/ e /nh/ usados pela *Gramática Ngangela* de Tyimuma e pela *Sintaxe e Morfologia do Ngangela* de Ntongo, dos poucos

que vimos a escrever em Ngangela. Para se ultrapassar o problema da variação gráfica, urge a necessidade de escolarização em Ngangela e nas demais línguas angolanas para a maioria das pessoas.

É importante referir também que a conservatória presta serviço público às gerações presentes e às gerações vindouras. Algumas vezes notámos que foi desmazelada em termos de grafia, no exercício das suas funções, o que dificulta a compreensão da informação que é chamada a registar. Na verdade, todos somos encorajados a imprimir qualidade nos nossos afazeres. Identificar as pessoas é uma tarefa séria e delicada que precisa de ser feita com o maior zelo.

Não podemos deixar de sublinhar que encontrámos sérias dificuldades em termos de bibliografia que tratasse de maneira exclusiva da antroponímia angolana e da Ngangela em especial. O que terá pesado sobre as nossas conclusões, sobretudo na vertente (orto) gráfica. Nos dias que correm, o valor do conhecimento, muitas vezes é medido pelo grau da sua utilidade. Por isso, não basta produzir um discurso sobre uma dada matéria, é preciso também que seja realmente efectivo. Isto, porém, depende de uma série de factores que vão desde a perícia em desenvolver o tema, pertinência das conclusões a que se chega, exequibilidade das propostas até à sua receptibilidade pelo meio ambiente sócio laboral envolvente.

Entretanto, mesmo que não se tenha chegado a tanto, ao menos esteve em nossas intenções sermos úteis de alguma forma. De resto, nas obras humanas, nada é perfeito e definitivo, por isso, esperamos que os próximos trabalhos possam fazer mais e melhor sobre esta temática.

## Bibliografia

### a) Livros, revistas e teses

- Ainiala, T., Saarelma, M., & Sjöblom, P. (2012). *Names in Focus: An Introduction to Finnish Onomastics*. Helsinki: SKS. Obtido em 30 de 10 de 2016, de <http://oa.finlit.fi/site/books/detail/7/names-in-focus/>
- Alfín, D. C. (2014). *Antroponímia y Sociedad. Una aproximación sociohistórica al nombre de persona*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra.
- Alves, I. M. (2002). *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Cromosete Gráf. e Editora Lda.
- Amaral, E. T., & Machado, V. B. (Jul./Dez. de 2015). Nomes de Urnas e Nomes de Parlamentares de Vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. *Revista GTLex*, pp. 52-65. Obtido em 4 de Outubro de 2016, de [www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/31721](http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/31721)
- Arcamone, M. G. (1991). Nomi e Cognomi nella Storia e nella Lingua d'Italia. Em M. G. Arcamone, E. Baldetti, A. M. Mancini, & A. Polverari, *Cognomi e Soprannomi nel Senigalliese: studi storico-linguistici in margine ad una ricerca scolastica* (pp. 11-21). Senigallia: Tipolito Commerciale.
- Aristóteles. (2005). *Retórica*. (M. A. Júnior, P. F. Alberto, & A. d. Pena, Trans.) Lisboa: Imprensa Nacional.
- Bíblia. (2000). *Génesis*. Lisboa: Alfa.
- Cabré, M. T. (1993). *La Terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries.
- Caetano, A. M. (2014). *Desvios na Representação Grafemática em Aprendentes de Português Língua Segunda. Análise de uma amostra do universo de professores do ensino secundário técnico-vocacional de Timor-Leste (Dissertação de Mestrado)*. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Obtido em 7 de Outubro de 2016, de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/33071/1/Ana%20Margarida%20Azevedo%20Caetano.pdf>
- Castro, I. (2003). O Linguista e a Fixação da Norma. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Porto, 2002)*, pp. 11-14. Obtido em 26 de Outubro de 2016, de [http://www.clul.ul.pt/files/ivo\\_castro/2003\\_linguista\\_e\\_norma.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2003_linguista_e_norma.pdf)
- Chicuna, A. M. (2015). *Portuguesismos nas Línguas Bantu: para um dicionário português-kiyombe* (II ed.). Lisboa: Colibri.
- Chimbinda, J. S. (2009). *O Nome na Identidade Umbundu: contributo antropológico*. Huambo: ETU.

- Clark, J., & Yallop, C. (1996). *An Introduction to Phonetics and Phonology* (2nd ed.). Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Costa, M. R. (2003). Constituição de Corpora de Especialidade. Em A. Mendes, & T. Freitas, *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL 2002* (pp. 253-258). Lisboa: Colibri Artes Gráficas.
- Costa, V. L. (Jan./Dez. de 1996). A Importância do Conhecimento da Variação Lingüística. *Educar em Revista*, 12, pp. 51-60. Obtido em 21 de Dezembro de 2016, de <http://ref.scielo.org/dz7m47>
- Cubango, G. d. (2013). *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2013-2017: versão final*. Menongue: s. ed. Obtido em 10 de Outubro de 2016, de <http://sipangola.org/gis/documents/Plano%20de%20Desenvolvimento%20Estrategico%20do%20Quando%20Cubango%202013-%202017.pdf>
- Cultura, D. P., & Histórico-Cultural, D. d. (22 de Agosto de 2016). *Situação Sociolinguística do Quando Cubango*. Menongue: s. ed.
- d'Andrade, E. (2007). *Línguas Africanas: breve introdução à fonologia e à morfologia*. Lisboa: A. Santos.
- Dick, M. V. (1990). *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos* (2 ed.). São Paulo: s. ed.
- Dietzsch, M. J. (2007). Crátilo e a Origem dos Nomes. (U. A. Barcelona, Ed.) *Revista International d'Humanitats*, XII, pp. 47-60. doi:<http://hottopos.com/rih12/maryj.pdf>
- Eckert, K. (Jan/Jun de 2013). Quem é quem? Um estudo antroponímico a partir dos sobrenomes do município de Lajeado-RS. *Domínios de Linguagem*, 7(1), pp. 139-159. Obtido em 26 de Janeiro de 2017, de <http://dx.doi.org/10.14393/DL13-v7n1a2013-8>
- Edo Marzá, N. (June de 2012). Specialised Lexicography and Specialised Languages: theoretical and methodological foundations for the elaboration of specialised dictionaries. *Lingüística*, 17 (1), pp. 98-114. Obtido em 10 de Janeiro de 2017, de <http://www.scielo.edu.uy>
- Feijó, R. G. (2008). Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: o caso de Tomor Leste. *Etnográfica*, 12 (1), pp. 143-172. Obtido em 27 de Novembro de 2016, de <http://etnografica.revues.org/1641>
- Fernandes, J., & Ntongo, Z. (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Nzila.
- Gonçalves, I. (1988). *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- Guthrie, M. (1967). *The Classification of the Bantu Languages*. London: International African Institute.
- INE, I. N. (2014). *Resultados Preliminares, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2014, Província do Cuando Cubango*. Luanda: INE.
- Lima, M. (1983). *Antropologia do Simbólico ou o simbólico da antropologia*. Porto: Presença.

- Lino, M. T., Chicuna, A. M., Grôz, A. P., & Medina, D. (2010). Neologia, terminologia e lexicultura: a língua portuguesa em situação de contacto de línguas. *Filologia e linguística portuguesa*, 12(2), pp. 187-201.
- Lusakalalu, P. (2005). *Línguas e Unidades Glossonímicas: contribuição para um estudo da diversidade linguística de Angola e Namíbia*. Luanda: Nzila.
- Martinet, A. (1977). *Éléments de Linguistique Générale*. Paris V: Armand Colin.
- Martins, A. M. (5 de Dezembro de 2016). [clul.ul.pt/files/ana\\_maria\\_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf](http://clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf). Obtido de clul.ul.pt: [http://www.clul.ul.pt/files/ana\\_maria\\_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf)
- Mateus, M. H., Falé, I., & Freitas, M. J. (2005). *Fonética e Fonologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MBAKITA, M. d. (2013). *Levantamento do Património Histórico e Cultural da Comunidade Étnica San da República de Angola*. Menongue: s. ed.
- Menongue, S. d.-D. (s. d.). *O Mundo Cultural dos Ganguelas*. Porto: Humbertipo-Artes Gráficas, Lda.
- Nunes, N. (12 de Agosto de 2016). *Alcunhas*. Obtido de Aprender Madeira: <http://aprendermadeira.net/alcunhas/>
- Nunes, N. N., & Kremer, D. (1999). *Antroponímia Primitiva da Madeira e Repertório Onomástico Histórico da Madeira ( Séculos XV-XVI)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Paulo II, J. (1983). *Código de Direito Canónico (versão portuguesa)*. Braga: Apostolado da Oração.
- Pessoa, F. (1997). *A Língua Portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Platão. (1997). *Fedro*. (J. R. Ferreira, Trad.) Lisboa: Edições 70.
- Platon. (1989). *Oeuvres Complètes: cratyle* (Vols. V- II partie). (L. Méridier, Trad.) Paris: Les Belles Lettres.
- Redinha, J. (1962). *Distribuição Étnica de Angola: introdução, registo étnico, mapa*. s. l.: C.I.T.A.
- Redinha, J. (1974). *Etnias e Culturas de Angola*. s. l.: Actualidade Editora, S.A.R.L.
- Robert, R. (May de 2008). Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação / Naming practices in early modern Portugal: a preliminary approach. *Etnográfica*, 12 (1), pp. 17-43. Obtido em 6 de Dezembro de 2016, de [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612008000100002&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612008000100002&lng=en&tlng=en)
- Saussure, F. d. (1960). *Cours de Linguistique Générale*. (C. B. Secheye, Ed.) Paris: Payot.
- Saussure, F. d. (1976). *Cours de Linguistique Générale*. (T. d. Mauro, Ed.) Paris: Payot.
- Seabra, M. C. (2006). Referência e Onomástica. *ILEEL*, pp. 1953-1960. Obtido em 30 de Setembro de 2016, de [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf)

- Serrote, J. M. (2015). *Antroponímia da Língua Kimbundu em Malanje (Dissertação de Mestrado)*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Silva, R. A. (2014). *Gestão de Terminologia pela Qualidade: processos de validação. Tese de Doutoramento em Linguística. Especialidade em Lexicologia, lexicografia e Terminologia*. Lisboa: FCSH Universidade Nova de Lisboa.
- Vasconcellos, J. L. (1887-1889). *Revista Lusitana* (Vol. I). Porto: Livraria Portuense. Obtido em 16 de Junho de 2016, de <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>
- Vasconcellos, J. L. (1928). *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Wynne, M. (2005). *Developing Linguistic Corpora: a Guide to Good Practice*. s. l.: AHDS. Obtido de <http://www.ahds.ac.uk/creating/guides/linguistic-corpora/index.htm>
- Yambo, F. X. (1997). *Dossier Ngangela: motivo suficiente para um estudo científico da etnonímia angolana*. Luanda: INALD.

## **b) Dicionários e gramáticas**

- Academia das Ciências de Lisboa. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (Vols. II G-Z). Lisboa: Verbo.
- Baião, D. V. (1938). *Elementos de Gramática Ganguela*. Lisboa: Centro dos Estudos Filológicos.
- Bechara, E. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa* (37ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna.
- Cunha, C., & Cintra, L. F. (2014). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (21ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dauzat, A. (1951). *Dictionnaire Étymologique des Noms de Famille et Prénoms de France*. Paris: Larousse.
- Instituto António Houaiss Portugal. (2005). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Vols. Tomo IX, Est-Gas). Lisboa: Temas e Debates.
- Lilunga, A. G. (1981). *Elementos Gramaticais da Língua Ngangela*. Menongue: Secretariado de Pastoral.
- Ndanyakukwa, C. (2016). *Dicionário de Nomes em Oshikwanyama*. Luanda: Mayamba Editora.
- Ntondo, Z. (2006). *Morfologia e Sintaxe do Ngangela*. Luanda: Editorial Nzila, Lda.
- Raposo, E. B., & Miguel, M. (2013). Introdução ao Sintagma Nominal. Em E. B. Raposo, M. F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes, *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 703-732). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Segura, L. (2013). Variedades Dialetais do Português Europeu. Em E. B. Raposo, M. F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes, *Gramática do Português* (pp. 85-142). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tyimuma, V. (2009). *Gramática Ngangela*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Lda.

Yambo, F. X. (2003). *Pequeno Dicionário Antroponímico Umbundu*. Luanda: Nzila.

### **c) Documentos oficiais**

Angola, R. d. (2010). *Constituição*. Luanda: Imprensa Nacional - E.P.

ISO (2000). *Terminology work. Vocabulary. Theory and application*, 1087:1.

Justiça, M. d. (22 de Novembro de 1958). Decreto-Lei n. 41967 Código do Registo Civil. *Diário do Governo, I Série n. 254*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional. Obtido em 3 de Janeiro de 2017, de <https://dre.tretas.org/dre/279651/decreto-lei-41967-de-22-de-novembro#anexos>

Ministério da Justiça, D.-G. d. (5 de Maio de 1967). Decreto-Lei n. 47678. *Diário do Governo, I Série n. 107 Suplemento*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional. Obtido em 3 de Janeiro de 2017, de <https://dre.tretas.org/dre/254571/decreto-lei-47678-de-5-de-maio>

Povo, C. P. (19 de Outubro de 1985). Lei nº 10/85. *Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola, I Série n. 84*. Luanda, Angola: Imprensa Nacional-U.E.E.

Revolução, C. d. (9 de Abril de 1977). Lei nº 10/77. *Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola, I Série n. 105*. Luanda, Angola: Imprensa Nacional-U.E.E.

Ultramar, M. d. (20 de Maio de 1954). Decreto-Lei n. 39666. *Diário do Governo, I Série, n. 110*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional. Obtido em 3 de Janeiro de 2017, de <https://dre.tretas.org/dre/285117/decreto-lei-39666-de-20-de-maio>

Ultramar, M. d. (6 de Setembro de 1961). Decreto-Lei n. 43893. *Diário do Governo, I Série, n. 207*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional. Obtido em 4 de Janeiro de 2017, de <https://dre.tretas.org/dre/266298/decreto-lei-43893-de-6-de-setembro#anexos>

UNESCO. (Junho de 1996). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona. Obtido em 8 de Outubro de 2016, de [http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf)

#### **d) Referência das entrevistas**

- Cangandzi, C. (2 de Setembro de 2016). Sobre o significado dos antropónimos em Ngangela. (A. Tchimbali, Entrevistador)
- Dumba, J., & Mandandi, S. (5 de Setembro de 2016). Sobre o Significado dos Antropónimos em Ngangela. (A. Tchimbali, Entrevistador)
- Kambinda, A. A. (31 de Agosto de 2016). Sobre o Significado dos Antropónimos em Ngangela. (A. Tchimbali, Entrevistador)
- Katumbela, P., Cassanga, J., & Angelino, O. (29 de Agosto de 2016). Sobre o Significado dos Antropónimos em Ngangela. (A. Tchimbali, Entrevistador)
- Victória, P. (25 de Agosto de 2016). Sobre a Denominação dos Gémeos em Ngangela. (A. Tchimbali, Entrevistador)

#### **Lista de ilustrações**

Ilustração 1. Línguas angolanas, excepto a oficial, faladas no do Cuando Cubango. ....	10
Ilustração 2. Frequência antroponímica no <i>corpus</i> .....	39
Ilustração 3. Base de dados de antropónimos do Cuando Cubango n. 1. ....	60
Ilustração 4. Base de dados de antropónimos do Cuando Cubango n. 2. ....	61
Ilustração 5. Base de dados de antropónimos do Cuando Cubango n. 3. ....	62
Ilustração 6. Base de dados de antropónimos do Cuando Cubango n. 4. ....	63
Ilustração 7. Um livro de registo da década de 1960. ....	- 1 -
Ilustração 9. Um livro da década de 2000. ....	- 2 -

#### **Lista de tabelas**

Tabela 1. Nomenclatura Ngangela segundo a ordem genealógica. ....	40
Tabela 2. Nomenclatura genealógica de gémeos Ngangela, quando todos são meninos. ....	40
Tabela 3. Ficha antroponímica n. 1. ....	50
Tabela 4. Ficha antroponímica n. 2. ....	50
Tabela 5. Ficha antroponímica n. 3. ....	50
Tabela 6. Ficha antroponímica n. 4. ....	50
Tabela 7. Ficha antroponímica n. 5. ....	51
Tabela 8. Ficha antroponímica n. 6. ....	51
Tabela 9. Ficha antroponímica n. 7. ....	51

Tabela 10. Ficha antroponímica n. 8. ....	51
Tabela 11. Ficha antroponímica n. 9. ....	52
Tabela 12. Ficha antroponímica n. 10. ....	52
Tabela 13. Ficha antroponímica n. 11. ....	52
Tabela 14. Ficha antroponímica n. 12. ....	53
Tabela 15. Ficha antroponímica n. 13. ....	53
Tabela 16. Ficha antroponímica n. 14. ....	53

## Anexos

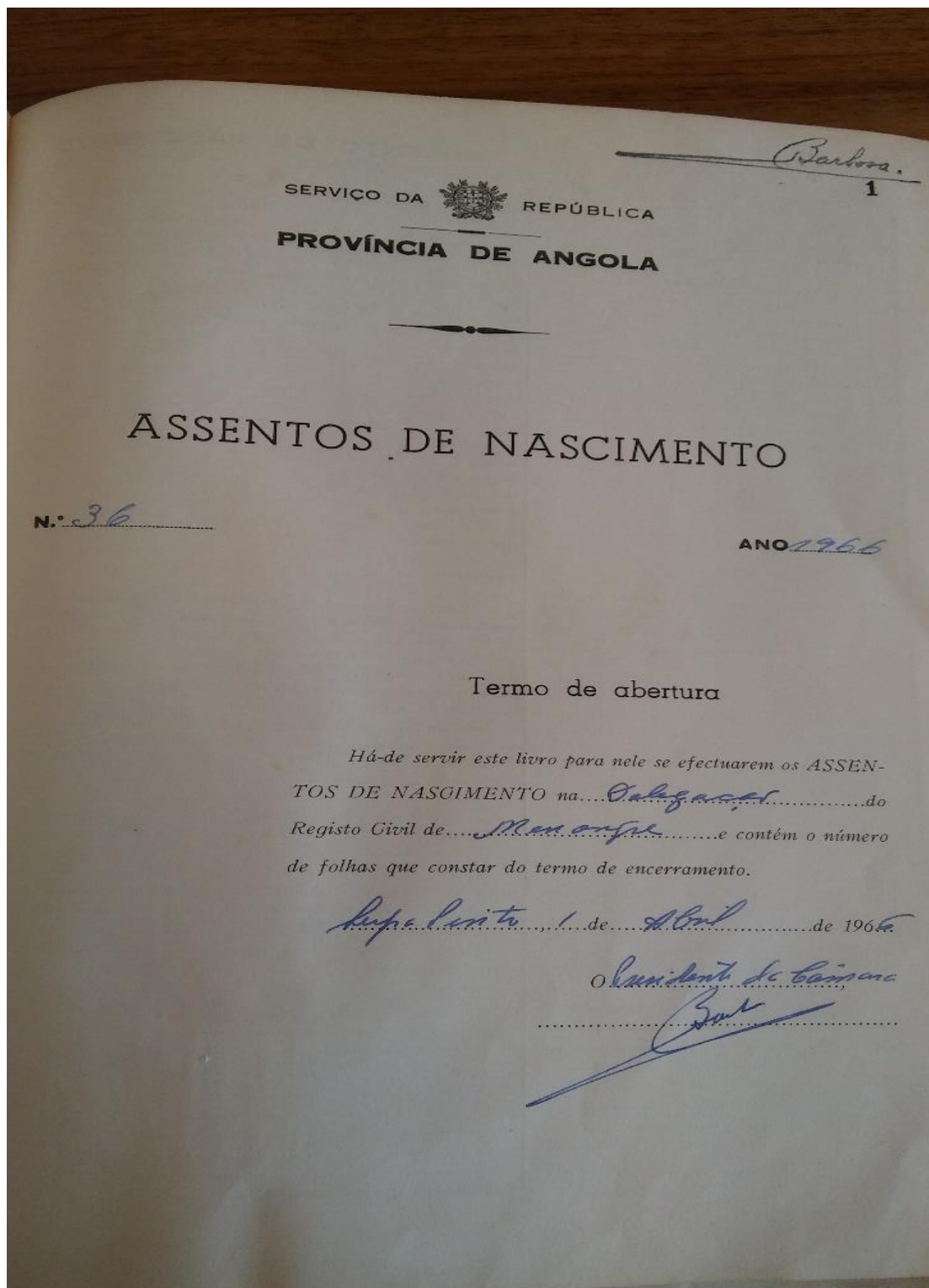


Ilustração 7. Um livro de registo da década de 1960.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministerio da Justiça

REGISTO E NOTARIADO

.....Conservatória do Registo Civil de.....*Menongue*.....

\* \* \*

## ASSENTOS DE NASCIMENTO

Nº...*27*.....

Ano..*2010*.....

### Termo de Abertura

Há-de servir este livro para nele se efectuarem, os ASSENTOS DE NASCIMENTO na .....*Conservatória*.....do Registo Civil de.....*Menongue*.....e contém o número de folhas que constar no termo de encerramento.

*Menongue*.....*15* de *Novembro* de *2010*  
o *Conservador*  
*[Signature]*

Ilustração 8. Um livro da década de 2000.